Junho/2026

BAHIA
Gestão & Sustentabilidade

BALANÇO 2023 | 2026

TÁ FEITO
GOVERNO ENTREGA REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PROTEGIDOS NO ESTADO



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

EXPEDIENTE

Jerônimo Rodrigues
Governador do Estado da Bahia

Geraldo Júnior
Vice-governador

Eduardo Mendonça Sodré Martins
Secretário do Meio Ambiente - Sema

Daniella Teixeira Fernandes de Araújo
Chefe de gabinete - Sema

Maiana Albuquerque Pitombo
Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Ambiental - Sida

Luiz Carlos de Araujo Junior
Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental - SPA

Eduardo Farias Topázio
Diretor-geral do Inema

Danilo Leite Mesquita
Chefe de gabinete - Inema

Samanta Uchôa
Assessora de comunicação – Ascom

Leandro Paiva
Diagramação e projeto gráfico

Athila Bertoncini
Dilma Flóis
Iracema Chequer
Joá Souza
João Raimundo
Marina Sales
Matheus Lemos
Mayara Horn
Thaís Tosta
Tiago Junior
Fotografia

Mateus Pereira/GOVBA
Capa

André Reis
Caroline Freitas
Joice Cirqueira
Regina Avelar
Valquiria Siqueira
Yandra Barros
Textos

Empresa Gráfica da Bahia - Egba
Revisão, impressão e acabamento

VENDA PROIBIDA
Tiragem 1000 exemplares

Junho de 2026
Salvador, Bahia

APRESENTAÇÃO

Cuidar do meio ambiente é cuidar das pessoas e do futuro da Bahia. Ao longo desta gestão, trabalhamos para fortalecer políticas públicas capazes de promover desenvolvimento com responsabilidade, ampliando investimentos, protegendo nossos recursos naturais e levando mais qualidade de vida para a população em todas as regiões do estado. Esse avanço tem sido possível graças à parceria entre o Governo da Bahia e o Governo Federal, unidos pelo compromisso de construir soluções sustentáveis para os desafios ambientais e sociais do nosso tempo.

Requalificamos espaços ambientais estratégicos, ampliamos ações de proteção à fauna e à biodiversidade, fortalecemos a segurança hídrica no semiárido, investimos em prevenção e combate aos incêndios florestais, apoiamos iniciativas de recuperação ambiental e consolidamos instrumentos de planejamento e participação social. Essas conquistas também são resultado da parceria com movimentos socioambientais, organizações da sociedade civil, comunidades tradicionais e instituições de ensino, fortalecendo a educação ambiental e formando novas gerações mais conscientes sobre a importância da preservação dos recursos naturais.

A Bahia segue avançando como referência em sustentabilidade, inovação e justiça social. Temos a convicção de que preservar o patrimônio natural e promover o desenvolvimento são objetivos que caminham juntos. É com esse olhar que continuaremos construindo um estado mais resiliente, preparado para os desafios do presente e comprometido com as próximas gerações.

Jerônimo Rodrigues
Governador do
Estado da Bahia





Ao longo dos últimos quatro anos, a Bahia consolidou um caminho firme em direção a uma agenda ambiental mais moderna, integrada e comprometida com o futuro. Este material reúne os principais avanços, desafios e entregas da gestão no período de 2023 a 2026, refletindo um trabalho construído com responsabilidade, planejamento e diálogo, conduzido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

Mais do que apresentar resultados, esta publicação evidencia uma visão de governo que compreende o meio ambiente como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável. Ampliamos a proteção dos nossos ecossistemas, fortalecemos a gestão dos recursos hídricos, incentivamos a transição energética, investimos em inovação e promovemos uma governança cada vez mais participativa.

Os avanços alcançados são fruto de um esforço coletivo, que envolve equipes técnicas, parceiros institucionais e toda a sociedade. Cada ação aqui apresentada carrega o compromisso de cuidar do presente sem perder de vista as futuras gerações.

Seguimos com a convicção de que desenvolver e preservar não são caminhos opostos, mas complementares. A Bahia avança, com responsabilidade ambiental, justiça social e olhar atento às transformações do nosso tempo.

Eduardo Mendonça Sodré Martins
Secretário do Meio Ambiente
do Estado da Bahia





SUMÁRIO

MAIS CONSERVAÇÃO 06

MAIS INOVAÇÃO 28

MAIS SEGURANÇA HÍDRICA 30

MAIS PLANEJAMENTO 35

MAIS PARTICIPAÇÃO SOCIAL 39

MAIS AÇÕES 48

MAIS ENERGIA LIMPA 55

MAIS RESILIÊNCIA 57

MAIS INVESTIMENTO 61

MAIS CONSERVAÇÃO

A proteção e a recuperação do patrimônio natural da Bahia ganham destaque com ações que fortalecem a gestão das unidades de conservação, ampliam a cobertura vegetal e protegem espécies ameaçadas. Também entram em cena iniciativas que incentivam práticas sustentáveis, como sistemas agroflorestais e o turismo regenerativo, além de estratégias que valorizam os serviços ambientais e equilibram preservação e desenvolvimento.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DO LADO DA GENTE

Bahia Sem Fogo: atuação integrada fortalece prevenção e combate aos incêndios florestais no estado

O Governo da Bahia tem avançado no enfrentamento aos incêndios florestais por meio da atuação integrada do Programa Bahia Sem Fogo (BSF), criado em 2010 e instituído pelo Decreto nº 23.835, de 16 de julho de 2025. Com foco em prevenção, monitoramento e resposta rápida, a iniciativa vem fortalecendo a implementação do Plano de Ações Preventivas e de Preparação para os Incêndios Florestais, com avanços em áreas como capacitação técnica, mobilização social, preparação territorial e integração interinstitucional. Os resultados já são concretos: dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indicaram uma redução de 33% nos focos de calor em 2024, em comparação com o ano anterior.

A coordenadora do BSF e chefe de gabinete da Sema, Daniella Fernandes, destaca que a articulação entre Estado, municípios e sociedade tem sido determinante para a efetividade das ações. "O Bahia Sem Fogo vem quebrando paradigmas justamente por ser baseado na atuação conjunta entre órgãos estaduais, brigadas voluntárias e a população. Os incêndios florestais não podem ser combatidos de forma isolada. É um esforço coletivo que envolve Corpo de Bombeiros, COPPA, Defesa Civil, Sema e Inema", afirmou.

Entre 2023 e 2026 foram entregues cerca de 15 mil Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) para brigadas voluntárias. A iniciativa contribui para a melhoria das condições de segurança e atuação das brigadas, que desempenham papel fundamental na prevenção e no combate a incêndios florestais. A distribuição foi realizada de forma planejada, garantindo maior eficiência, proteção aos brigadistas e apoio às ações desenvolvidas nos respectivos territórios.

Entre as frentes do Programa, a Caravana Bahia Sem Fogo impactou cerca de 17 mil pessoas em 2024 e 2025, levando educação ambiental e conscientização às regiões mais vulneráveis. Já a Operação Ronda Verde,







iniciativa de fiscalização criada pelo programa, intensifica o patrulhamento e blitz, o monitoramento por satélite e a fiscalização em regiões como o Oeste baiano e a Chapada Diamantina, especialmente durante o período seco. Em 2024, a operação impactou mais de 10 mil pessoas. Em 2025, na região da Chapada Diamantina, a operação percorreu oito municípios e 40 propriedades privadas foram visitadas, com a aplicação de cinco autos de infração.

Outras ações também reforçaram a estratégia do programa, como a capacitação em ferramentas climáticas e de satélite; a Campanha Educativa de Prevenção aos Incêndios Florestais durante os festejos juninos; e o Workshop "Oeste Sem Fogo", realizado em 2025, em Barreiras, que reuniu participantes de mais de 22 municípios. Como resultado, foi proposta a criação da Rede de Ação Integrada para Prevenção e Preparação aos Incêndios Florestais no Oeste da Bahia.

Seminário internacional amplia debate e cooperação

O Seminário Internacional Bahia Sem Fogo, considerado o maior do Brasil sobre incêndios florestais, chegou a sua quinta edição em 2026, com o tema: "Desafios na gestão dos incêndios florestais e perspectivas climáticas para as futuras gerações". O encontro reúne especialistas nacionais e internacionais, com o objetivo de fortalecer a conscientização, estimular o senso crítico e promover o intercâmbio de experiências, com destaque para a apresentação de inovações e tecnologias voltadas ao monitoramento e ao combate aos incêndios florestais em diferentes biomas.



Governo amplia proteção ambiental com **criação de novas RPPNs**





Entre 2023 e abril de 2026, a Bahia reconheceu 30 novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), totalizando 3.983,28 hectares de áreas protegidas em diferentes biomas do estado. O avanço reforça a conservação ambiental em territórios privados e evidencia o crescente engajamento de proprietários rurais na proteção da biodiversidade.

O marco mais recente foi o reconhecimento de duas novas reservas no dia 30 de janeiro, data que antecede o Dia Nacional das RPPNs, celebrado em 31 de janeiro. As reservas são unidades de conservação criadas voluntariamente por proprietários com o objetivo de preservar áreas naturais em caráter perpétuo, um instrumento que vem se consolidando como uma das principais estratégias de proteção ambiental em terras privadas.

"Essas áreas funcionam como verdadeiros corredores ecológicos, conectando fragmentos de vegetação nativa e garantindo a sobrevivência de espécies da fauna e da flora, além de protegerem nascentes e contribuírem diretamente para a manutenção dos recursos hídricos e da qualidade da água para comunidades locais", explica Iaraci Dias, diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais da Sema.

As duas novas unidades de conservação representam biomas e contextos ambientais distintos, mas igualmente estratégicos para o equilíbrio ecológico da Bahia. Uma delas está localizada em Barra da Estiva, na Chapada Diamantina. A área protege quase seis hectares de vegetação nativa e abriga a nascente de primeira ordem do Rio Paraguaçu, o maior rio com curso totalmente baiano. A outra está situada na zona rural de Ipiaú, no sul do estado, em área de Mata Atlântica, protegendo remanescentes de floresta ombrófila densa, com alta diversidade de espécies e papel fundamental na regulação climática e hídrica.

A distribuição das novas reservas evidencia a importância dos diferentes biomas baianos. Na Caatinga, foram reconhecidas 10 RPPNs, somando 2.380,61 hectares. No Cerrado, um dos biomas mais ameaçados do país, sete novas reservas totalizam 1.254,88 hectares, um crescimento significativo em relação ao cenário anterior. Já na Mata Atlântica, 13 RPPNs foram instituídas, abrangendo 347,79 hectares, com papel estratégico na preservação de remanescentes florestais e na conectividade entre áreas naturais.

Pesquisas em Unidades de Conservação **impulsionam produção de conhecimento ambiental**



O Inema tem ampliado o incentivo à realização de pesquisas científicas e atividades didáticas nas Unidades de Conservação (UCs), fortalecendo a produção de conhecimento sobre a biodiversidade e contribuindo diretamente para a preservação ambiental na Bahia. As UCs da Bahia vêm se consolidando como verdadeiros laboratórios naturais, atraindo pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais. Entre 2023 e 2026, houve ampliação significativa na diversidade de temas investigados, abrangendo desde estudos taxonômicos e ecológicos até pesquisas nas áreas sociais, culturais e de gestão ambiental.

Somente nesse período, foram autorizadas dezenas de pesquisas que refletem a complexidade e a riqueza dos ecossistemas baianos. Destacam-se estudos sobre biodiversidade, monitoramento ambiental, mudanças climáticas, espécies ameaçadas, além de investigações sobre comunidades tradicionais, turismo sustentável e uso do território.

Regulamentadas pela Portaria Inema nº 25.753, de 6 de abril de 2022, as autorizações permitem que pesquisadores e instituições de ensino desenvolvam estudos sobre fauna, flora, recursos hídricos, uso público e outros aspectos relacionados aos ecossistemas protegidos. As informações produzidas nessas pesquisas passam a subsidiar a gestão das unidades e orientar estratégias de conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Para a diretora de Sustentabilidade e Conservação (DISUC) do Inema, Jeanne Sofia Florence, a presença da comunidade científica nas áreas protegidas fortalece a atuação do órgão. "Quando o Inema autoriza e acompanha pesquisas nas Unidades de Conservação, contribui para o surgimento de novos conhecimentos sobre esses territórios e para a adoção de medidas mais eficazes de preservação ambiental", destaca.

Algumas Unidades de Conservação se destacaram como polos de pesquisa, especialmente o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), o Parque Estadual de Morro do Chapéu (PEMC), o Parque Estadual da Serra dos Montes Altos (PESMA) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs), como Baía de Todos os Santos, Camamu e Tinharé-Boipeba.

Ao acessar o site do Inema, pesquisadores, instituições de ensino e demais interessados encontram as informações, os critérios e a documentação necessária para solicitar autorização para a realização de estudos científicos e ações educativas vinculadas às instituições do ensino formal nas UCs estaduais. O objetivo é garantir que essas iniciativas ocorram de forma responsável, alinhadas à conservação da biodiversidade, à proteção dos ecossistemas e ao respeito ao conhecimento tradicional associado, sem comprometer a integridade das espécies e dos ambientes naturais.



Mais proteção ambiental com criação de novas UCs e proposta de Reserva da **Biosfera da Chapada Diamantina**

Em 2026, o Governo da Bahia, por meio da Sema e do Inema, avançou em ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da conservação ambiental no estado, articulando iniciativas que integram proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e participação social.

Como parte dessas ações, foi publicada no Diário Oficial do Estado a abertura da consulta pública para a criação do Parque Urbano Floresta de Frans Krajcberg, Unidade de Conservação que será implantada no município de Nova Viçosa em homenagem ao artista plástico e ambientalista reconhecido internacionalmente pela defesa do meio ambiente.

A proposta busca garantir a proteção ambiental da área, preservar o patrimônio natural e fortalecer a conservação do legado artístico, cultural e ecológico deixado por Krajcberg na Bahia. A iniciativa também prevê o incentivo a ações de educação ambiental, pesquisa científica, turismo sustentável e convivência com a natureza.

Além da criação do Parque Urbano, outra frente em andamento é a proposta de criação de uma nova Unidade de Conservação na região da Serra da Chapadinha. O processo está em fase de estudos técnicos e se destaca pela escuta ativa das comunidades locais, buscando conciliar a preservação ambiental com a manutenção dos modos de vida tradicionais.

A iniciativa envolve levantamentos de campo, definição de limites territoriais e da categoria da unidade, além da realização de consulta pública antes da decisão final. A proposta também prevê a criação de um conselho gestor, garantindo a participação social na gestão da área protegida.

Em paralelo, a Sema avançou no processo de reconhecimento da Reserva da Biosfera da Chapada Diamantina (RBCD), ao encaminhar a proposta ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Também regidas por legislação nacional, as Reservas da Biosfera possuem reconhecimento internacional e funcionam como territórios de articulação entre políticas públicas, setores produtivos e comunidades locais.

A proposta da RBCD está alinhada às diretrizes do Programa Homem e Biosfera (MaB), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que estabelece três funções principais para esses territórios: conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, promoção do desenvolvimento sustentável e incentivo à produção de conhecimento com base na gestão participativa.

O processo de reconhecimento ocorre em âmbito nacional, seguindo critérios técnicos do programa MaB. Para isso, equipes da Sema conduziram a elaboração da proposta em parceria com diversas instituições, além de promoverem escuta qualificada no território, com o objetivo de evidenciar a relevância ambiental, social e econômica da Chapada Diamantina.

"As iniciativas se complementam ao reforçar uma estratégia integrada de gestão ambiental na Bahia, combinando instrumentos legais de proteção territorial com mecanismos de reconhecimento internacional. Juntas, apontam para um modelo que valoriza tanto a conservação dos recursos naturais quanto o protagonismo das comunidades locais na construção de um futuro sustentável", pontua Luiz Araujo, superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental da Sema.

Elaboração de planos de manejo garantem proteção da biodiversidade e o uso sustentável de Ucs

Entre 2023 e 2026, a Sema, em articulação com o Inema, consolidou um dos mais robustos ciclos de planejamento ambiental da história recente do estado. O foco é a elaboração e revisão dos planos de manejo das Ucs, instrumentos essenciais para garantir a proteção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Ao todo, 11 planos de manejo estão em elaboração ou revisão, com previsão de entrega ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepram) ainda em 2026. O processo tem como base metodologias participativas e é construído a partir de oficinas de planejamento realizadas em diferentes territórios, reunindo comunidades locais, gestores públicos, proprietários rurais e conselheiros das unidades, assegurando que os planos reflitam a realidade socioambiental de cada área.

De acordo com Mateus Camilo, coordenador de Gestão das Unidades de Conservação do Inema, o plano de manejo é um instrumento que acompanha as transformações do território. "Ele orienta, de forma técnica e participativa, como cada unidade deve ser utilizada, protegida e monitorada. É a base para garantir o equilíbrio entre conservação ambiental e uso sustentável", explicou.

Segundo a coordenadora de Programas e Projetos da Sema, Poliana Sousa, os trabalhos seguem em andamento. "Atualmente estamos em processo de elaboração de 11 planos de manejo, com previsão de entrega de pelo menos cinco ainda neste primeiro semestre. Da mesma forma, a equipe está trabalhando nos estudos de criação de uma unidade de conservação na Serra da Chapadinha", explicou.

Os planos da APA Ponta da Baleia Abrolhos, Monumento Natural (MONA) dos Cânions do Subaé, APA da Lagoa Itaparica, Parque Estadual da Ponta da Tulha e APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada estão em estágio avançado, com previsão de entrega ao Cepram no primeiro semestre de 2026.



Outros seis seguem em desenvolvimento, com previsão de entrega no segundo semestre de 2026: Parque Estadual da Serra do Conduru, APA Costa de Itacaré–Serra Grande, Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos, Parque Estadual da Serra dos Montes Altos, APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho e Parque Estadual Morro do Chapéu.

Além dos planos em andamento, a Sema iniciou a estruturação de novos processos para elaboração dos planos de manejo da APA do Rio Preto e da Estação Ecológica do Rio Preto. As iniciativas estão na fase de preparação documental para licitação, com conclusão prevista para 2028.

Cooperação internacional fomenta modelo de **turismo sustentável** em áreas protegidas



Iniciado em 2024, o Projeto PROT'AIR – Turismo Sustentável em Áreas Protegidas França-Bahia vem se consolidando como uma iniciativa estratégica de cooperação internacional voltada à integração entre conservação ambiental, desenvolvimento territorial e inclusão socioprodutiva. A ação é coordenada pela Sema e pela Federação dos Parques Naturais Regionais da França (FPNRF), em parceria com o Inema, a Secretaria do Turismo (Setur), a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (Bahiater), a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e a Universidade de Toulouse Jean-Jaurès.

O projeto estrutura um modelo inovador de turismo sustentável em áreas protegidas, baseado na troca de experiências entre Brasil e França. A cooperação se dá por meio de missões técnicas, intercâmbios e ações formativas, com foco em temas como governança, agroecologia, valorização territorial e desenvolvimento de produtos turísticos ligados à identidade local.

A iniciativa tem como território piloto a Área de Proteção Ambiental (APA) Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, localizada no Baixo Sul da Bahia, abrangendo os municípios de Taperoá, Valença e Nilo Peçanha. Na região, o projeto vem promovendo soluções adaptadas às especificidades locais, com base na valorização dos recursos naturais, culturais e produtivos.







Na primeira fase, que compreende o período de 2024 a 2026, o PROT'AIR alcançou avanços significativos, especialmente na consolidação de uma base técnica e institucional, além do fortalecimento da cooperação universitária e da produção de conhecimento aplicado ao planejamento territorial.

No campo da qualificação profissional, foram implementados cursos de gastronomia sustentável por meio de uma unidade móvel de formação, em parceria com o Senac e com financiamento do Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (Ferfa). A ação tem como público agricultores familiares, comunidades tradicionais e empreendedores locais, incentivando a valorização da sociobiodiversidade e a geração de renda.

Como parte da Temporada Cruzada França-Brasil 2025, o projeto promoveu, em Salvador, o 4º Encontro Franco-Brasileiro de Turismo Sustentável. O evento reuniu representantes de instituições públicas, universidades e parceiros internacionais para discutir temas como turismo regenerativo, cadeias produtivas locais e cooperação em áreas protegidas. A programação incluiu ainda exposição fotográfica e um concurso de receitas franco-brasileiras, com a participação de estudantes e professores do Lycée Profissional Francês Lautréamont, em parceria com o Senac.

Além disso, foram ofertadas bolsas para cursos de língua francesa voltadas a conselheiros gestores de unidades de conservação, em parceria com a Aliança Francesa, com foco na qualificação para o turismo internacional.

Reconhecimento internacional

O PROT'AIR também ganhou projeção internacional ao integrar a programação do Festival Nosso Futuro Brasil-França: Diálogos com a África, realizado em Salvador entre os dias 5 e 8 de novembro de 2025. Em sua sétima edição, a primeira fora do continente africano, o evento reuniu lideranças políticas, especialistas, artistas e cerca de 300 jovens de diferentes países para discutir temas como justiça climática, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A abertura contou com a presença do presidente da França, Emmanuel Macron, reforçando o caráter estratégico do encontro como espaço de diálogo entre Brasil, África e Europa.

O projeto também foi destaque na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), realizada em Belém, no Pará, em articulação com o Consórcio Nordeste. A apresentação evidenciou o potencial do turismo sustentável em áreas protegidas como instrumento de desenvolvimento territorial, geração de renda e conservação da biodiversidade, consolidando sua relevância no debate internacional sobre clima e transição ecológica justa.

Perspectivas e consolidação

"Entre 2026 e 2029, o PROT'AIR entra em uma nova fase, com foco na implementação territorial e na consolidação de um modelo integrado que articula áreas protegidas, agricultura familiar e turismo sustentável. Entre as ações previstas, estão a estruturação de produtos turísticos, o fortalecimento de cadeias produtivas locais, a valorização da gastronomia regional e o desenvolvimento de instrumentos de certificação e identidade territorial", destaca Maiana Pitombo, superintendente de Inovação e Desenvolvimento Ambiental da Sema.

Também está em andamento a elaboração de um diagnóstico, além de inventários da infraestrutura turística e do patrimônio gastronômico, em parceria com a Uneb e a Universidade de Toulouse Jean-Jaurès. O objetivo é subsidiar o planejamento de uma oferta turística estruturada e sustentável.

Serão realizadas ainda oficinas de capacitação em turismo de base comunitária voltadas aos conselhos gestores de unidades de conservação.

A segunda fase terá como foco a produção de metodologias e ferramentas replicáveis, com potencial de aplicação em outras áreas protegidas da Bahia e do Nordeste. A proposta é contribuir para a consolidação de políticas públicas inovadoras voltadas ao desenvolvimento sustentável.



Sema avança com iniciativas voltadas à **recomposição florestal**

A Sema vem estruturando uma política integrada de fomento florestal, com foco na recuperação da vegetação nativa, no enfrentamento às mudanças climáticas e na promoção do desenvolvimento sustentável. A estratégia adotada articula instrumentos financeiros, programas estruturantes e ações territoriais.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Planta Bahia, alinhado ao Plano Nacional de Arborização Urbana (PLANAU). Instituído como política pública estadual, o programa promove ações de arborização e reflorestamento, ampliando a cobertura vegetal nas cidades e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Criado no âmbito das ações da Semana do Meio Ambiente, o programa estruturou uma agenda permanente de mobilização, articulação institucional e promoção do reflorestamento, com atuação integrada entre órgãos estaduais, instituições de ensino e parceiros estratégicos.

Um dos principais resultados dessa agenda foi a doação de mais de 10 mil mudas de espécies nativas, distribuídas em todo o território baiano, apoiando iniciativas de arborização urbana, recuperação de áreas degradadas e implantação de projetos ambientais em espaços públicos e comunitários.

A iniciativa tem caráter estruturante ao democratizar o acesso a mudas nativas e estimular o engajamento da sociedade nas ações de plantio e conservação, atuando na mitigação das ilhas de calor, na melhoria da qualidade do ar, na redução de riscos de alagamentos e na valorização dos espaços urbanos, consolidando a infraestrutura verde como elemento estratégico do planejamento das cidades baianas.

Na área rural, como instrumento de execução territorial do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG), o Programa Replantar tem como meta o plantio de, no mínimo, um milhão de mudas nativas e frutíferas, com foco na restauração produtiva por meio de sistemas agroflorestais, especialmente em pequenas propriedades rurais.

A iniciativa incorpora inovação e participação social ao integrar viveiros educadores, redes de sementes e mudas e atuação de agentes comunitários, fortalecendo a capacidade local de produção, restauração e monitoramento ambiental. Trata-se de uma política que alia conservação da biodiversidade, geração de renda e desenvolvimento territorial sustentável.





Editais de Fomento Florestal

Como parte da consolidação da estratégia de recuperação da vegetação nativa, a Sema tem estruturado editais de fomento florestal, viabilizados com recursos do Ferfa, oriundos da reposição florestal. Com investimento de mais de R$ 5 milhões, a iniciativa apoia projetos voltados à recuperação da vegetação nativa, à implantação de sistemas agroflorestais e à recomposição produtiva de áreas degradadas no cerrado baiano.



A ação prioriza a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, promovendo inclusão socioprodutiva e fortalecendo as cadeias da sociobiodiversidade. Ao mesmo tempo, contribui para a proteção de um dos biomas mais estratégicos do país, essencial para a segurança hídrica e a regulação climática.



A integração entre os editais de fomento florestal, o Programa Replantar e o Programa Planta Bahia evidencia a capacidade do Estado em estruturar políticas públicas inovadoras, que conectam campo e cidade, conservação ambiental e desenvolvimento econômico.



TÁ FEITO

Governo entrega requalificação de espaços protegidos no estado

O Governo da Bahia consolidou um conjunto de entregas voltadas à requalificação de espaços protegidos no estado, com investimentos em infraestrutura, conservação e uso público. As intervenções contemplam equipamentos estratégicos na capital, ampliando a proteção da biodiversidade e a experiência dos visitantes.

No **Parque Metropolitano de Pituaçu**, em Salvador, a primeira etapa da requalificação foi concluída com investimento de R$ 25 milhões. As obras incluíram recuperação dos 15 km de ciclovia, implantação de bicicletário com capacidade para 250 bicicletas, construção de cinco pontos de apoio e entrega de 3,2 km de calçamento para caminhada. O projeto também reforçou a segurança, com instalação de 84 câmeras com reconhecimento facial, reforma da sala de monitoramento e implantação de 5 km de cercamento perimetral.







Já o **Parque Zoobotânico da Bahia** teve a primeira fase das obras concluída, com investimento de R$ 5 milhões do Governo do Estado, fortalecendo as ações de educação ambiental, bem-estar animal e visitação pública. As melhorias incluíram a revitalização do aviário, da Ilha dos Macacos e do felinário, além da requalificação de quiosques e pistas de acesso e inauguração do novo prédio da Educação Ambiental e do Sítio Paleontológico.









Cuidado com a fauna

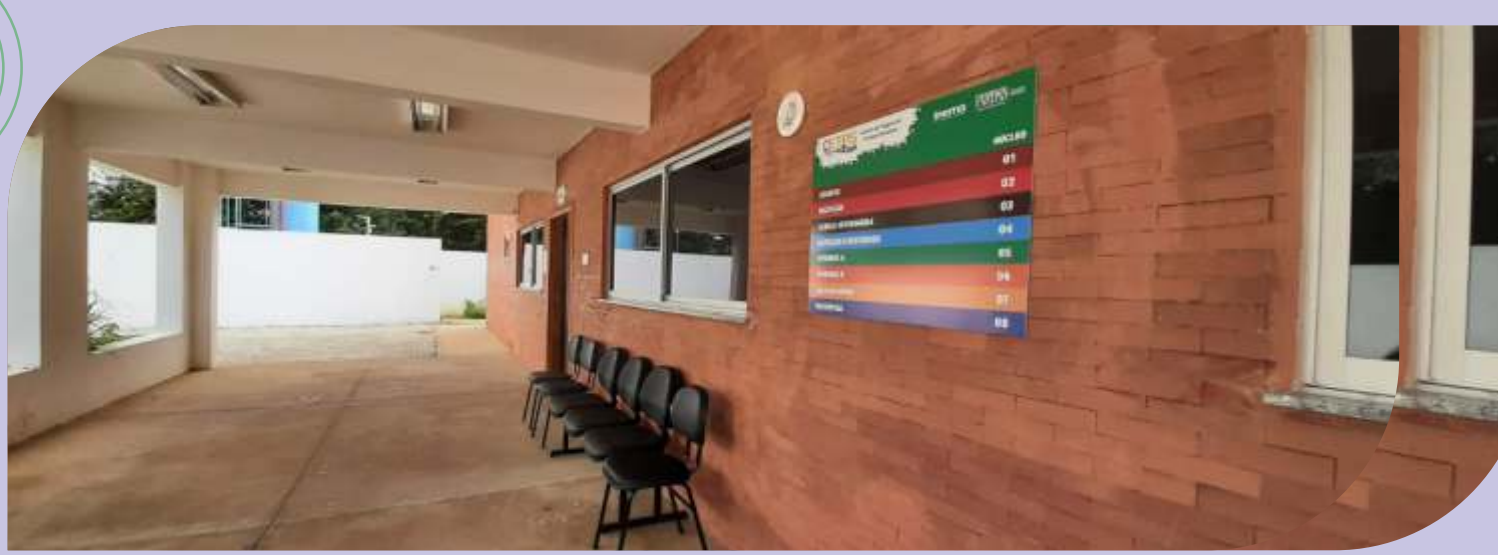
Com investimento de R$ 7,8 milhões, oriundos do Ferfa, o Governo da Bahia concluiu a construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) Oeste, no município de Barreiras. A unidade será responsável pelo recebimento, atendimento clínico, reabilitação e destinação adequada de animais vítimas de tráfico, acidentes, resgates ou manutenção irregular em cativeiro. O espaço foi estruturado para realizar triagem sanitária, estabilização clínica, quarentena e acompanhamento veterinário especializado, seguindo critérios técnicos e ambientais.

O novo equipamento representa um avanço para a política estadual de conservação da fauna silvestre e amplia a capacidade operacional do Inema no atendimento às ocorrências envolvendo animais silvestres. A unidade contará com estrutura adequada para avaliação clínica, recuperação física e acompanhamento dos animais resgatados, fortalecendo também as ações de fiscalização ambiental e manejo da fauna no estado.

Localizada em uma área marcada pela forte presença do Cerrado, intensa atividade agrícola e importantes corredores rodoviários, o Cetas terá papel estratégico, permitindo reduzir o tempo de resposta em resgates, minimizar o estresse dos animais e evitar deslocamentos para unidades mais distantes, contribuindo para a proteção da biodiversidade baiana.







Símbolo cultural e ambiental de Salvador, o **Parque Metropolitano do Abaeté** teve a primeira etapa das obras de requalificação do Centro de Atividades entregue, com investimento de R$ 5,1 milhões, recursos do Ferfa, abrangendo cerca de 750 m² com melhorias em restaurantes, lanchonetes, lojas, sanitários, posto policial e depósitos, além da modernização das instalações elétricas e hidrossanitárias e do fechamento de 900 metros do perímetro para reforço da proteção da área; como parte dessa etapa, o Governo inaugurou também o Memorial do Abaeté, espaço voltado à valorização da história, dos ecossistemas, das lendas da lagoa e do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Com a primeira etapa do Abaeté finalizada, o Governo já garantiu os recursos para avançar. Em março de 2026, foi anunciada a liberação de mais de R$ 5 milhões para a segunda etapa da requalificação urbanística do parque. Os recursos são do Ferfa e serão executados em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder).









Agricultores de Jiquiriçá recebem kits e capacitação da Sema e do Inema para desenvolver **sistemas agroflorestais**

Pequenos produtores rurais do Vale do Jiquiriçá participaram de uma importante ação voltada à regularização ambiental e à recuperação de áreas degradadas. A iniciativa do Governo incluiu uma capacitação sobre o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (Cefir) e a entrega de 30 kits com insumos, ferramentas e sementes a famílias da região, marcando o avanço do Projeto Kit SAF no município.

A ação integra um convênio firmado entre o MMA e a Sema, com investimento de R$ 306 mil, e tem como objetivo fomentar a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em pequenas propriedades rurais da bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá. A proposta busca aliar produção agrícola e conservação ambiental, incentivando a recuperação de passivos ambientais em Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais (RL), além de promover a regularização ambiental por meio do Cefir.









Os kits entregues incluem ferramentas como facões, pás, cavadeiras e peneiras, além de sementes de hortaliças e grãos, adubo, regadores, trituradores de galhos e equipamentos de proteção individual, como botinas e luvas. Com esses insumos, os agricultores passam a contar com melhores condições de trabalho, mais segurança no campo e suporte para o manejo sustentável das lavouras.

Além dos kits, foram distribuídas 2400 mudas, mais um passo importante para fortalecer o trabalho de recuperação na bacia do Rio Jiquiriçá. "O Kit SAF não apenas apoia a restauração de áreas degradadas, mas também valoriza o papel dos agricultores familiares, que são fundamentais nesse processo. Ao adotar sistemas agroflorestais, conseguimos aliar a preservação da biodiversidade à geração de renda, criando um ciclo sustentável que beneficia tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais", destaca Hans Neto, diretor de Programas e Projetos da Sema.

Cetas fortalecem proteção à fauna e já atenderam mais de 61 mil animais na Bahia







Desde o início das operações, em 2020, até dezembro de 2025, os Cetas da Bahia registraram resultados expressivos no acolhimento e reabilitação da fauna. No período, foram recebidos 61.395 animais, dos quais 32.427 foram devolvidos à natureza, alcançando uma taxa de reabilitação de aproximadamente 52%. Os números reforçam a importância dessas unidades na recuperação de animais vítimas de tráfico e outros impactos ambientais.

A atuação dos Cetas tem sido fundamental para a mitigação dos danos causados à biodiversidade, oferecendo suporte especializado desde o resgate até a reintrodução dos animais em seus habitats naturais. Além do cuidado direto com a fauna, as unidades também contribuem para o combate ao tráfico de animais silvestres, uma das principais ameaças à conservação das espécies.

As unidades de Salvador e do Recôncavo, localizada em Cruz das Almas, concentram grande parte dos atendimentos no estado. O Cetas Salvador já recebeu mais de 33 mil animais, enquanto o Cetas Recôncavo ultrapassa a marca de 28 mil atendimentos, consolidando-se como pilares da rede estadual de proteção à fauna silvestre.



Restauração, combate a espécies invasoras e redução do lixo no mar impulsionam **conservação de corais na Bahia**

A preservação dos ecossistemas marinhos ganhou centralidade na agenda ambiental da Bahia entre 2023 e 2026. Nesse período, a Sema e o Inema estruturaram um conjunto de políticas públicas voltadas à conservação e restauração dos recifes de corais, com destaque para a Baía de Todos-os-Santos (BTS), considerada estratégica para a biodiversidade e para a economia costeira do estado.

Um dos principais destaques foi a criação, em 2024, da primeira área de restauração de corais marinhos na BTS, com apoio do Estado. A iniciativa une preservação ambiental e inclusão social, ao capacitar comunidades pesqueiras para atuar na produção de corais e gerar renda.

O avanço de espécies exóticas invasoras é um dos principais desafios para a conservação desses ambientes. Espécies como o coral-sol (*Tubastraea spp.*), coral mole (*Chromonephthea braziliensis*), medusa invertida (*Cassiopeia Andrômeda*) e o Peixe-leão (*Pterois spp.*) se estabelecem fora de sua área de ocorrência natural e provocam impactos significativos sobre a biodiversidade marinha, alterando o equilíbrio dos ecossistemas costeiros e recifais.

Para enfrentar o problema, o Estado realiza, com apoio de universidades e comunidade local, ações contínuas de monitoramento e controle, com estratégias específicas para cada caso, incluindo remoção manual de colônias invasoras, captura controlada e operações em campo.

De acordo com o diretor de Políticas e Planejamento Ambiental da Sema, Tiago Porto, a atuação integra ciência, gestão pública e participação social. "Em ações recentes na Baía de Todos-os-Santos, foram retiradas cerca de três toneladas de coral mole e mais de 1,6 tonelada de medusa invertida. Cada espécie invasora exige uma resposta específica, e a participação da sociedade é fundamental. Essa experiência pode servir de referência para outras regiões", pontuou.

Nesses últimos anos, equipes da Sema e do Inema participaram de capacitações voltadas ao manejo de corais e ao controle de espécies invasoras, tema crítico para a conservação marinha. Os treinamentos abordaram desde aspectos biológicos dos recifes até técnicas de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental, fortalecendo a atuação institucional e a construção de protocolos específicos para a gestão costeira.





Inovação e tecnologia social na recuperação dos recifes

Um dos diferenciais da política baiana está no uso de soluções inovadoras e de baixo custo. Projetos desenvolvidos em parceria com a sociedade civil utilizam o coral invasor (coral-sol) como matéria-prima para a recuperação de espécies nativas, transformando um problema ambiental em oportunidade.

Além das intervenções diretas nos recifes, a Bahia também atua na redução de impactos indiretos, como a poluição marinha. Nesse contexto, o Projeto Mar Circular: Construindo Soluções (PROMARES), uma iniciativa internacional de cooperação científica, tecnológica e institucional, com participação da Sema, contribui para a diminuição do lixo no mar e o fortalecimento da economia circular. Os municípios de Jequié e Itacaré foram selecionados como áreas-piloto para a implementação no estado.

Parcerias internacionais e reconhecimento global

O trabalho desenvolvido na Bahia ultrapassou fronteiras e passou a atrair atenção internacional. Em 2024, uma delegação francesa visitou projetos de restauração de corais na BTS, com o objetivo de estabelecer cooperações técnicas e ampliar o alcance das iniciativas. A experiência baiana foi reconhecida como exemplo de solução inovadora e replicável para um problema global: a degradação dos oceanos diante das mudanças climáticas.

Esse reconhecimento culminou na participação do projeto em agendas internacionais, como a 3º Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos, consolidando a Bahia como referência em Nice, na França, em políticas públicas de conservação marinha.



Monitoramento, fiscalização e apoio a comunidades tradicionais fortalecem **conservação dos manguezais**

A Sema e o Inema vêm intensificando ações para a conservação dos manguezais na Bahia, um dos estados com maior extensão desse ecossistema no país, com cerca de 90 mil hectares distribuídos ao longo do litoral. As iniciativas envolvem monitoramento técnico, gestão em áreas protegidas, fiscalização ambiental e educação junto a comunidades que dependem diretamente desses territórios.

Nos últimos três anos, a atuação foi marcada pela implementação de políticas integradas, com destaque para o Programa de Gerenciamento Costeiro (Gerco), o Planejamento Espacial Marinho do Nordeste (PEM-NE), o Plano de Desenvolvimento Sustentável da BTS e ações de Economia Azul, voltadas à conservação, ordenamento do uso do mar e inclusão produtiva sustentável.

Outro destaque é a participação da Bahia no mapeamento nacional dos manguezais, realizado no âmbito do ProManguezal, coordenado pelo MMA e pelo Ibama. A iniciativa utiliza geoprocessamento e imagens de satélite para qualificar os dados sobre esses ecossistemas e subsidiar políticas públicas mais eficientes.

Segundo Mariana Fontoura, coordenadora técnica do Gerco, o novo mapeamento conta com uma base de dados mais precisa, construída com tecnologias avançadas de sensoriamento remoto e validada por especialistas. "Para a Bahia, esse avanço é fundamental, porque amplia a qualidade das informações sobre os manguezais e fortalece o planejamento e a tomada de decisão", destacou.

Em 2025, durante a COP30, a Bahia também aderiu ao Mangrove Breakthrough, iniciativa internacional voltada à proteção e restauração de 15 milhões de hectares de manguezais até 2030. A participação fortalece o acesso a financiamento internacional, amplia a visibilidade de projetos locais e insere o estado em redes globais de cooperação ambiental.

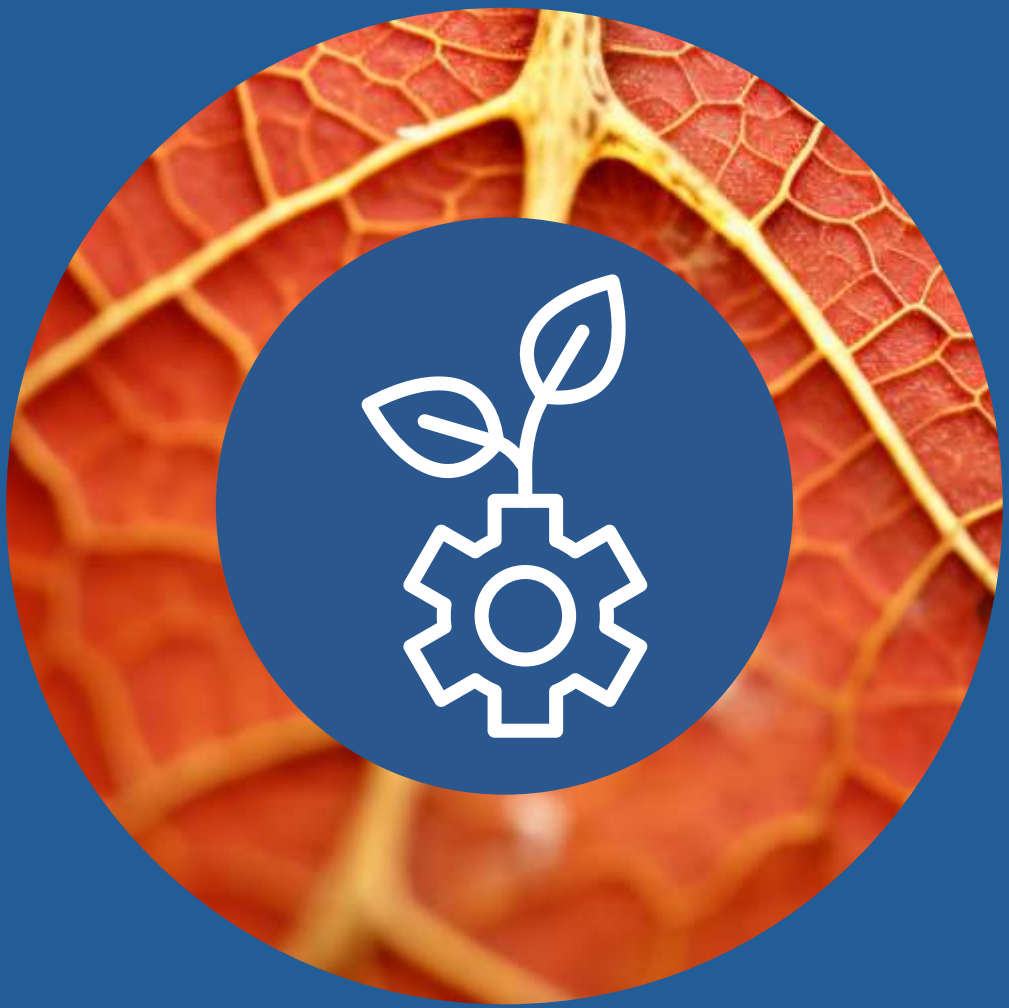
O Governo avançou ainda em iniciativas de restauração ecológica associadas à geração de renda, como o projeto "Raízes no Mangue, Futuro Sustentável", desenvolvido em comunidades quilombolas para recuperação de áreas degradadas, enfrentamento à poluição e fortalecimento do turismo de base comunitária. Parcerias institucionais também impulsionaram projetos como o "CO_2 Manguezal", voltado à restauração ambiental e à captura de carbono.

Fiscalização e proteção da biodiversidade

As ações de campo incluem fiscalização e educação ambiental, especialmente em períodos críticos para a fauna. Durante o defeso do caranguejo-uçá, equipes do Inema realizam a Caravana do Defeso em regiões como a BTS, Recôncavo Baiano e Litoral Norte, orientando comunidades sobre a importância de respeitar o período reprodutivo da espécie e as normas ambientais vigentes.

MAIS INOVAÇÃO

Tecnologia e inteligência de dados se tornam aliadas da gestão ambiental. Ferramentas digitais, novas metodologias e soluções inovadoras contribuem para políticas públicas mais eficientes, integradas e orientadas por evidências.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

Prêmio Bahia Sustentável
chega à terceira edição com foco no combate à poluição plástica



O Prêmio Bahia Sustentável chegou à sua terceira edição, em 2026, reafirmando o compromisso do Governo da Bahia com a valorização de iniciativas que promovem a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população baiana. Lançado pela Sema em 2023 e instituído com Ferfa, o prêmio se consolida como uma estratégia importante para estimular soluções sustentáveis em todo o estado.

Em 2026, o foco está no enfrentamento da poluição plástica, com ênfase na economia circular, na gestão sustentável de resíduos, na inovação ambiental e na proteção dos ecossistemas marinhos e terrestres. Concorrem projetos, ações e pesquisas desenvolvidos na Bahia a partir de janeiro de 2020, desde que estejam concluídos ou em fase final e apresentem resultados mensuráveis.

As categorias abrangem desde iniciativas empresariais até experiências comunitárias e soluções de base científica, todas voltadas à redução do consumo de plásticos, à reciclagem e ao desenvolvimento de tecnologias ambientais.

"Vencedores e finalistas ganham destaque institucional e o uso do selo de qualidade, validando o impacto do projeto perante a sociedade e o setor público, já os vencedores serão contemplados com troféu, selo exclusivo e uma viagem técnica nacional, para até duas pessoas, para conhecer experiências bem-sucedidas em sustentabilidade em outras regiões do país", pontuou Pedro Tojo, coordenador de Gestão de Fundos da Sema.

Na edição anterior, realizada em 2024, o prêmio contemplou iniciativas com foco na restauração de áreas degradadas, combate à desertificação e mitigação das mudanças climáticas.

MAIS SEGURANÇA HÍDRICA

Garantir água de forma justa, eficiente e sustentável é o foco das ações apresentadas aqui. Entre os destaques, estão o planejamento para enfrentar a escassez, a modernização dos sistemas de monitoramento, a revisão de instrumentos como outorgas e iniciativas que estimulam o uso responsável dos recursos hídricos em todo o estado.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

PAD fortalece segurança hídrica com sistemas de dessalinização no semiárido baiano

A convivência com a seca permanece como uma das questões mais estruturantes para o desenvolvimento sustentável do estado. Entre 2023 e 2026, a atuação da Sema e do Inema consolidou avanços importantes para efetivar a implantação e operacionalização do Programa Água Doce (PAD).

A Bahia ocupa posição estratégica no Nordeste brasileiro, sendo o estado com maior extensão territorial da região e com cerca de 70% de sua área inserida no semiárido. Nesse contexto, a gestão hídrica se apresenta como eixo central das políticas ambientais.

A iniciativa, que integra uma política pública nacional, tem como foco garantir o acesso à água potável por meio da implantação e gestão de sistemas de dessalinização ambientalmente sustentáveis. Desde sua implementação no estado, o programa já contabiliza resultados expressivos: foram implantados ou recuperados 300 sistemas de dessalinização em 57 municípios, beneficiando mais de 100 mil pessoas, com investimentos superiores a R$ 75 milhões.





Foto: Matheus Lemos

Esses sistemas são fundamentais para transformar água salobra em água própria para o consumo humano, ampliando a segurança hídrica em regiões críticas. Além da infraestrutura, o programa se destaca pelo modelo de gestão compartilhada, envolvendo comunidades locais na operação e manutenção dos sistemas, o que contribui para a sustentabilidade das ações e o fortalecimento do protagonismo social.

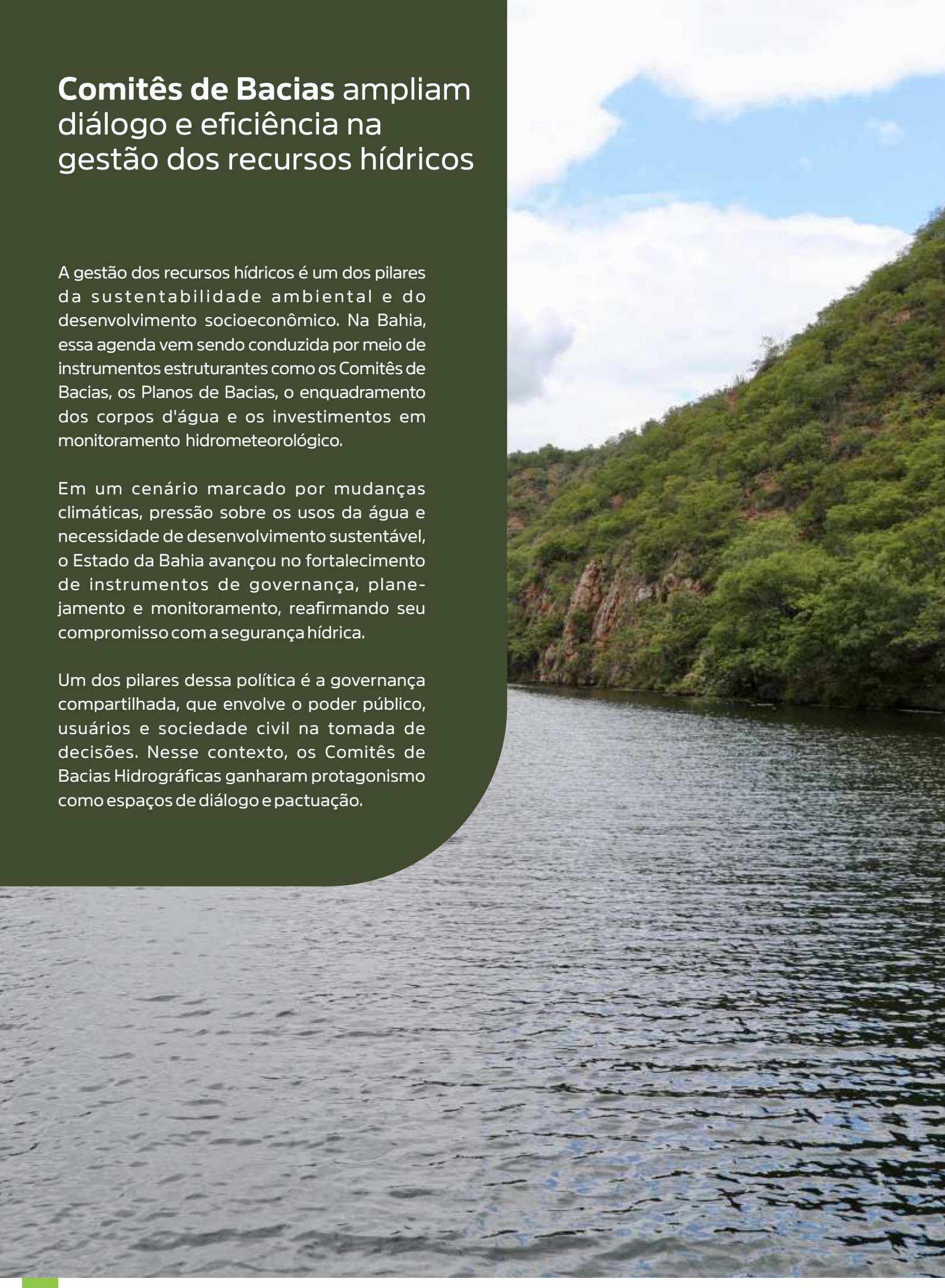
Para ampliação do PAD, foi celebrado em 2024 um Termo de Compromisso entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e a Sema, com investimento da ordem de R$ 12 milhões. O novo instrumento representa importante continuidade da política pública de segurança hídrica no semiárido.

Comitês de Bacias ampliam diálogo e eficiência na gestão dos recursos hídricos

A gestão dos recursos hídricos é um dos pilares da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento socioeconômico. Na Bahia, essa agenda vem sendo conduzida por meio de instrumentos estruturantes como os Comitês de Bacias, os Planos de Bacias, o enquadramento dos corpos d'água e os investimentos em monitoramento hidrometeorológico.

Em um cenário marcado por mudanças climáticas, pressão sobre os usos da água e necessidade de desenvolvimento sustentável, o Estado da Bahia avançou no fortalecimento de instrumentos de governança, planejamento e monitoramento, reafirmando seu compromisso com a segurança hídrica.

Um dos pilares dessa política é a governança compartilhada, que envolve o poder público, usuários e sociedade civil na tomada de decisões. Nesse contexto, os Comitês de Bacias Hidrográficas ganharam protagonismo como espaços de diálogo e pactuação.



Planejamento hídrico avança e fortalece gestão das águas na Bahia

A Bahia conta atualmente com oito Planos de Bacias Hidrográficas elaborados entre 2017 e 2025, contemplando importantes regiões do estado, como as bacias dos rios Verde e Jacaré, Salitre, Paramirim e Santo Onofre, Recôncavo Sul, Rio das Contas, Rio Grande, Rio Corrente e os rios do Recôncavo Norte e Inhambupe.

No contexto das bacias afluentes ao Rio São Francisco, de domínio da União, a Bahia possui dez bacias, das quais cinco já contam com planos concluídos, além da bacia compartilhada dos rios Verde e Grande, entre Bahia e Minas Gerais, também contemplada com planejamento.

Para fortalecer essa agenda, a Sema, por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FERHBA), destinou, em 2025, cerca de R$ 2,8 milhões ao Inema para a elaboração de planos e enquadramento dos corpos d'água em regiões estratégicas, como as bacias do Paraguaçu, Recôncavo Norte e Inhambupe.

Previstos nas Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, os Planos de Bacias são instrumentos estratégicos que orientam o uso sustentável da água, conciliando aspectos quantitativos e qualitativos. Com forte caráter participativo, esses planos subsidiam a atuação dos Comitês de Bacias, do Inema e demais instâncias do sistema de gestão, garantindo o uso racional e sustentável dos recursos hídricos.

Entre 2023 e 2026, a gestão das águas se consolidou como eixo estratégico da atuação dos órgãos ambientais, com avanços baseados em planejamento técnico, investimentos e fortalecimento da governança compartilhada, ampliando a participação social e a eficiência na gestão hídrica no estado.



Dados que salvam: monitoramento fortalece segurança hídrica no estado

O período de 2023 a 2026 foi marcado pelo fortalecimento do monitoramento hidrometeorológico na Bahia, ampliando a capacidade do estado de responder a eventos extremos, como secas e cheias. A modernização da rede de monitoramento permitiu maior controle sobre chuvas, vazões e segurança de barragens, contribuindo para decisões mais rápidas e eficientes.

Entre os avanços do período, destaca-se a ampliação do cadastro e da fiscalização de barragens. Ao final de 2025, a Bahia contabilizava 819 barragens cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), sendo 510 fiscalizadas pelo Inema e 446 enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

O estado também avançou na qualificação das informações técnicas das estruturas monitoradas. Atualmente, 93% das barragens fiscalizadas pelo Inema já possuem classificação quanto à Categoria de Risco (CRI) e 91% quanto ao Dano Potencial Associado (DPA), fortalecendo as ações preventivas e o monitoramento contínuo.

Monitoramento hidrometeorológico

Atualmente, o Inema conta com 413 pontos de monitoramento hidrometeorológico, entre estações automáticas com e sem telemetria e réguas linimétricas que dependem da leitura realizada por observadores em campo. Nos últimos três anos, foram investidos mais de R$ 4,5 milhões na aquisição de sensores e peças para substituição, manutenção da rede e ampliação dos pontos de monitoramento, incluindo a instalação de 26 novas estações fluviométricas.

Além da ampliação da infraestrutura, o período também foi marcado pelo fortalecimento das equipes técnicas responsáveis pela operação da rede. "Nos últimos meses, foram realizadas capacitações voltadas às equipes do interior do estado, com foco na manutenção dos equipamentos e na melhoria da resposta operacional. As ações já refletem em avanços significativos na disponibilidade da rede telemétrica, responsável pela transmissão automática de dados hidrometeorológicos, que chegou a operar com menos de 30% dos equipamentos plenamente ativos e atualmente registra cerca de 60% de funcionamento, com a meta de ultrapassar 80% até o final do ano", destacou Aldírio Almeida, coordenador de Estudos de Clima e Projetos Especiais do Inema.





MAIS PLANEJAMENTO

O fortalecimento da gestão ambiental passa por um planejamento estratégico que orienta ações, define prioridades e assegura o cumprimento de obrigações legais. As iniciativas apresentadas promovem maior eficiência administrativa, transparência e capacidade de execução, posicionando a Bahia de forma clara na rota do desenvolvimento sustentável.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro orienta uso sustentável do litoral baiano

Ao longo do período de 2023 a 2026, a Sema e o Inema consolidaram uma agenda estratégica voltada à proteção dos ecossistemas costeiros e marinhos. Com iniciativas estruturantes, inovação normativa e forte articulação institucional, o Governo avançou no enfrentamento dos desafios ambientais da zona costeira, uma das regiões mais biodiversas e sensíveis do território baiano.

Com 1.181 km de extensão, a costa da Bahia é a maior do Brasil e abriga 53 municípios, além de uma rica diversidade de ecossistemas, como manguezais, restingas, estuários, dunas e recifes de corais. Esse patrimônio natural, essencial para a economia, cultura e proteção costeira, passou a ocupar papel central nas políticas públicas ambientais do Estado.



Proteção inédita aos recifes de corais

Um dos grandes marcos da gestão foi a elaboração do Plano de Ação para Conservação de Recifes de Corais da Bahia, publicado em 2025, que estabelece diretrizes e ações para o período de 2025 a 2030. Os recifes de corais, que ocupam mais de 13 mil hectares no estado, sendo aproximadamente 12 mil hectares inseridos em Unidades de Conservação, são fundamentais para a biodiversidade marinha, abrigando cerca de 25% das espécies do oceano. Além disso, desempenham papel crucial na proteção da linha de costa e no sustento de atividades econômicas, como pesca e turismo.

Outro avanço importante foi o fortalecimento da gestão ambiental costeira por meio da estruturação das Caravanas do Defeso. A Sema e o Inema avançaram, ainda, na elaboração da minuta de regulamentação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), incorporando diretrizes, instrumentos e regras para orientar o uso sustentável da zona costeira.

Os resultados alcançados demonstram uma mudança de paradigma na gestão ambiental da Bahia, que passa a tratar a zona costeira como território estratégico para o desenvolvimento sustentável. Mais do que proteger ecossistemas, reafirma o compromisso com o futuro garantindo que os recursos naturais da Bahia continuem sustentando vidas, culturas e economias por gerações.

Planejamento ambiental ganha força na Bahia e consolida bases para o futuro

A consolidação de políticas públicas ambientais exige tempo, articulação institucional e rigor técnico. Esse foi o caminho trilhado para priorizar a estruturação de instrumentos estratégicos previstos na legislação estadual, com foco na efetividade e na integração das ações. Nesse contexto, a Sema e o Inema retomaram a construção do Plano Estadual de Meio Ambiente (PEMA), considerado um marco da política ambiental baiana e que demanda coordenação interinstitucional, capacidade técnica e alinhamento com diferentes setores.

O PEMA é um instrumento previsto desde a Constituição Estadual de 1989 e regulamentado pela Lei nº 10.431/2006. Após anos sem implementação efetiva, passou a ser tratado como prioridade estratégica. Já no início da gestão, foram adotadas medidas para viabilizar sua elaboração.

A publicação da Instrução Normativa Sema nº 01/2023 estabeleceu procedimentos para elaboração, revisão e monitoramento do plano, criando uma base metodológica consistente. Em seguida, foi instituído um grupo de trabalho técnico para conduzir as etapas do processo, que avançou ao longo de 2023 e 2024, culminando na realização de consulta pública digital.

A consulta pública ampliou a participação social, permitindo que sociedade civil, especialistas e instituições contribuíssem diretamente com o conteúdo do documento. A etapa foi decisiva para qualificar tecnicamente o plano e fortalecer sua legitimidade.

Como resultado, o documento-base do PEMA foi concluído em 2025, incorporando as contribuições recebidas e seguindo as diretrizes da normativa estadual. Atualmente, o plano está em fase de análise no Cepram.



Segurança hídrica entra no centro da agenda ambiental da Bahia

O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), principal instrumento da política hídrica baiana, teve sua vigência prorrogada de forma deliberada até a aprovação de um novo ciclo de planejamento, previsto para o período de 2024 a 2040. Mais do que uma simples atualização, o novo PERH vem sendo estruturado com base em estudos técnicos aprofundados, incluindo diagnósticos hidrológicos, análise de cenários climáticos, integração com planos de bacia e alinhamento ao planejamento orçamentário do Estado.

Com instrumentos de gestão e segurança hídrica paralelamente à atualização do PERH, a política seguiu em execução contínua. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se verificação de usos de recursos hídricos; acompanhamento de condicionantes de outorgas; e monitoramento de termos de alocação de água em reservatórios estratégicos.

Essas iniciativas são fundamentais para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda hídrica, especialmente em regiões mais vulneráveis. Outro avanço relevante foi o fortalecimento do enquadramento dos corpos d'água, instrumento que estabelece metas de qualidade e orienta ações de controle da poluição. Essa ferramenta contribui para alinhar o uso da água às necessidades ambientais, sociais e econômicas, promovendo maior eficiência na gestão.

A consolidação da Política Estadual de Recursos Hídricos exige continuidade, inovação e maior integração entre políticas públicas, além do aprimoramento contínuo dos instrumentos de gestão, reforçando-se ainda a importância de investimentos permanentes no setor.



MAIS PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O fortalecimento da governança ambiental passa pelo engajamento coletivo. Este conteúdo reúne iniciativas que ampliam a participação de comunidades, instituições e diferentes setores na construção de políticas públicas, além de ações que promovem educação ambiental, transparência e diálogo.





inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DO LADO DA GENTE

Bahia mobiliza sociedade em **conferência histórica sobre crise climática**





A Sema promoveu, em 2025, a 4ª Conferência Estadual do Meio Ambiente (CEMA), um espaço de debate de estratégias e soluções voltadas à crise climática e ao fortalecimento das políticas ambientais no estado e reuniu mais de 1,5 mil pessoas.

Durante a Conferência, ocorreram votações das propostas apresentadas pelas delegadas e delegados, distribuídas nos seguintes eixos temáticos: Mitigação; Adaptação e Preparação para Desastres; Justiça Climática; Transformação Ecológica; e Governança e Educação Ambiental. Além das eleições para a escolha dos 60 delegados que representaram a Bahia na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), em Brasília. A seleção dos delegados foi organizada em três segmentos: setor público, sociedade civil e setor empresarial.

O secretário da Sema, Eduardo Mendonça Sodré Martins, destacou os espaços de participação social como importante foco da Conferência. "Após 13 anos, o evento voltou a ser realizado, marcando um novo ciclo de debates e políticas ambientais no estado. A 4ª Conferência da Bahia se destacou como a que mais elegeu representantes oriundos das Conferências Livres, lideradas pela sociedade civil, o que demonstrou a representatividade efetiva de todos os territórios de identidade e regiões do estado", pontuou o gestor.

Desde outubro de 2023, o Governo da Bahia promoveu um amplo diálogo que consolidou o estado com o maior público mobilizado do país. Essa marca foi alcançada com a realização de 37 conferências intermunicipais e municipais, envolvendo mais de quatro mil pessoas de 318 municípios baianos. Além disso, mais de 100 conferências livres foram organizadas por cooperativas, associações, instituições educacionais e outras entidades da sociedade civil.

A Conferência é um espaço de participação social no processo de integração, promoção e consolidação das políticas ambientais, reunindo representantes do poder público, organizações da sociedade civil, setor empresarial, além de sedes, fóruns, entidades de apoio, colegiados e conselhos de meio ambiente.

Governança ambiental fortalecida com participação social e integração institucional

A gestão ambiental na Bahia consolidou avanços significativos no fortalecimento da participação social como pilar da governança pública. Por meio da atuação articulada do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Cepram), que celebrou o marco histórico de 50 anos de existência, e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea), os últimos anos foram marcados por ampliação do diálogo, transparência nas decisões e maior envolvimento da sociedade na construção das políticas ambientais.

Ao completar meio século de atuação como o primeiro conselho ambiental do Brasil, o Cepram desempenhou papel estratégico na consolidação de espaços democráticos de decisão, iniciando um novo ciclo em 2023 com a posse de cerca de 180 conselheiros. Ao longo dos últimos anos, o conselho manteve uma agenda ativa de reuniões plenárias, câmaras técnicas e grupos de trabalho. Entre 2023 e 2025, o número de reuniões do Cepram cresceu de forma consistente. Um dos principais avanços foi o fortalecimento da Câmara Técnica Recursal de Infrações Ambientais, que trouxe mais agilidade na análise de processos e reduziu a sobrecarga das plenárias, permitindo maior foco em políticas estruturantes.

Paralelamente, a CIEA consolidou sua atuação como espaço de articulação entre governo, instituições de ensino e sociedade civil. A comissão avançou na construção de propostas para o Plano Plurianual Participativo (PPA), no desenvolvimento de metodologias para a Política Estadual de Educação Ambiental e na organização de suas câmaras técnicas.

Para a diretora de Educação Ambiental e Sustentabilidade da Sema, Mariana Mascarenhas, a participação social deixou de ser apenas um princípio para se consolidar como prática estruturante da política ambiental baiana. "A ampliação dos espaços de escuta, a qualificação dos processos deliberativos e a mobilização em larga escala da sociedade demonstram um modelo de governança baseado na corresponsabilidade entre Estado e sociedade", frisou.





CONERH fortalece gestão das águas e amplia governança hídrica







A Bahia, marcada por uma das mais ricas redes hidrográficas do país, tem avançado no fortalecimento da gestão das águas, com atuação estratégica do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

Responsável por formular, em caráter suplementar, a Política Estadual de Recursos Hídricos, o colegiado delibera sobre temas essenciais para o uso sustentável da água, como critérios de outorga e cobrança, medidas de proteção dos corpos hídricos e enquadramento conforme o uso. O Conselho também aprova a criação e o funcionamento dos Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas, fortalecendo a gestão descentralizada e participativa.

Entre 2023 e 2026, o CONERH realizou 15 reuniões e aprovou mais de 20 resoluções, com pautas voltadas ao Programa Progestão, ao funcionamento dos comitês de bacias, aos arranjos institucionais e à destinação de recursos provenientes de multas por infrações à Política.

Responsável por conduzir os trabalhos, a secretária-executiva do Conselho, Larissa Cayres, destacou o papel estratégico do órgão. "Uma política de recursos hídricos forte depende de um sistema de gerenciamento igualmente robusto, e quem encabeça esse sistema no estado é o CONERH. Nossa atuação à frente da Secretaria Executiva será sempre voltada para fortalecer o colegiado, consolidar a gestão e garantir água em qualidade e quantidade para todos os usos", afirmou.

Sema e Inema modernizam sites e ampliam acesso a serviços digitais

Entre 2024 e 2025, os sites institucionais da Sema e do Inema passaram por um processo de modernização, com a implantação de um novo layout e a reformulação das plataformas digitais. A iniciativa teve como objetivo principal aprimorar a experiência dos usuários, garantindo mais agilidade no acesso às informações, maior acessibilidade e uma navegação mais intuitiva.

Com um design moderno, responsivo e alinhado às melhores práticas de usabilidade, os portais mantêm todos os recursos já disponíveis anteriormente, agora organizados de forma mais clara, funcional e eficiente. A nova estrutura facilita a localização de conteúdos e serviços, promovendo uma interação mais simples e direta com o cidadão.

A reformulação também priorizou a acessibilidade digital, incorporando ferramentas que permitem uma navegação mais inclusiva e autônoma. Os sites foram otimizados para diferentes dispositivos, especialmente smartphones e tablets, assegurando bom desempenho e estabilidade, independentemente do local ou horário de acesso.

Outro destaque é a organização das informações institucionais e dos serviços oferecidos. Com essas melhorias, os sites passam a desempenhar um papel ainda mais estratégico na comunicação pública, ampliando a transparência, fortalecendo o acesso à informação e contribuindo para uma gestão ambiental mais próxima da sociedade.

Ainda nesse contexto, a Sema e o Inema também aderiram ao Programa Bahia pela Integridade Pública (PBIP), reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a responsabilidade na gestão. A iniciativa fortalece a cultura de integridade nos órgãos, promovendo boas práticas, prevenção de irregularidades e maior confiabilidade nas ações desenvolvidas.

Presença nas redes sociais

A presença digital da Sema, do Inema e do Zoo Bahia tem se consolidado ao longos dos anos como um canal estratégico de comunicação com a sociedade. Somadas, as plataformas no Instagram alcançam mais de 170 mil usuários e ampliam o acesso à informação ambiental de forma direta e acessível.

Mais do que números, as redes sociais têm permitido uma comunicação mais ágil, transparente e próxima do cidadão. Por meio delas, a população recebe informações em tempo real, tira dúvidas e obtém respostas rápidas, fortalecendo o diálogo e aproximando ainda mais os órgãos ambientais do dia a dia das pessoas.



Diagnóstico estadual inédito aprimora **educação ambiental na Bahia**

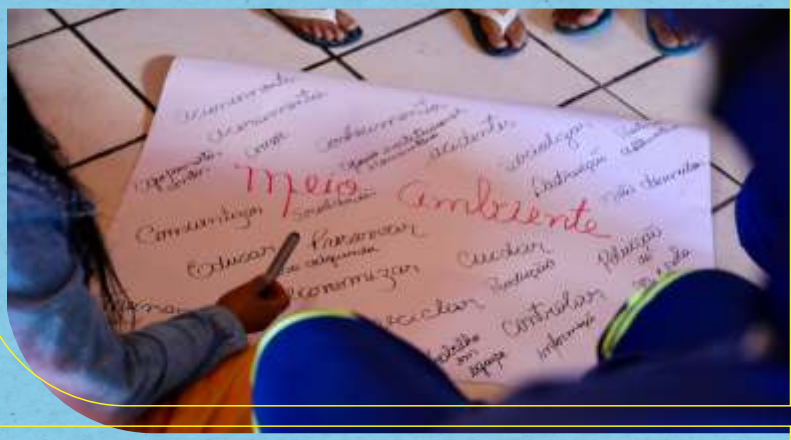
A Sema iniciou a estruturação do Diagnóstico Estadual de Educação Ambiental, a partir da abertura de edital para contratação do estudo. A iniciativa marca um avanço na organização das políticas públicas da área na Bahia.

A proposta é reunir informações atualizadas sobre ações, programas e práticas desenvolvidas no estado, por meio de um levantamento que inclui análise de dados, mapeamento de iniciativas e identificação de desafios e potencialidades.

Com o diagnóstico, a Sema passa a contar com uma base mais estruturada para orientar o planejamento e a tomada de decisão, fortalecendo a atuação da educação ambiental como eixo das políticas ambientais no estado, como destaca a coordenadora de Educação Ambiental da Sema, Silvani Honorato.

"Nessa contratação, teremos o desenvolvimento de dois importantes instrumentos da nossa política estadual de educação ambiental. O Diagnóstico de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental. Com isso, vamos conseguir ter uma leitura melhor do contexto da Bahia por região. Serão realizadas oficinas participativas nos 27 territórios de identidade e vamos conseguir ter uma leitura do território para saber que tipo de ação a gente deve desenvolver e com um direcionamento melhor", pontuou.









Juventude que transforma: AJA leva ação ambiental para os territórios





Com o objetivo de formar agentes de transformação socioambiental por meio da participação e da inclusão social de jovens em ações de educação ambiental, a Sema, em parceria com a Secretaria da Educação (SEC), o Instituto Anísio Teixeira (IAT), a Secretaria de Relações Institucionais (Serin) e a Coordenação Geral de Políticas de Juventude (Cojuve), criou o Programa Agente Jovem Ambiental (AJA). A iniciativa busca ampliar as oportunidades de geração de renda, estimular o protagonismo juvenil e contribuir para a melhoria da qualidade de vida, aliada à preservação do meio ambiente.

O AJA Bahia, criado e regulamentado, é construído em etapas que envolvem seleção dos jovens, formação socioambiental, elaboração e execução de Projetos Socioambientais Comunitários (PSC) e acompanhamento das ações. Os participantes receberão uma bolsa mensal, além de um kit composto por mochila, garrafa, camisas, bonés e cartilhas. Os professores mediadores também receberão bolsa-auxílio, formação e certificação para orientar os grupos de jovens.



“O Programa foi pensado para, além de desenvolver projetos socioambientais contextualizados, estimular a compreensão acerca das realidades socioambientais locais e sobre o potencial de intervenções de forma individual e, principalmente, coletiva. O processo de formação de consciência e principalmente de resiliência das comunidades, seja ela escolar ou não, ganha o apoio e o suporte do estado nesse processo”.

Stéfane Mendes,
coordenadora do AJA e assessora técnica da Diretoria de Educação Ambiental para Sustentabilidade (DIEAS)

No Programa AJA, as atividades são desenvolvidas pelos agentes e ficam voltadas à sensibilização das comunidades para a prevenção e solução de problemas socioambientais, à contribuição com iniciativas de educação ambiental e ao apoio em ações de preservação, recuperação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais.

Também inclui o incentivo à participação comunitária no desenvolvimento local sustentável, a valorização da socio-biodiversidade, além da colaboração na gestão de resíduos, no saneamento ambiental e na conservação dos recursos hídricos do território, entre outras atividades.



Projeto impulsiona **práticas ambientais** na Sema e no Inema

O Projeto ECOguardiões - Time da Sustentabilidade, uma iniciativa conjunta da Sema e do Inema, surgiu em 2024 como uma resolução dentro do Programa Bahia Mais Verde. O projeto busca fortalecer a gestão ambiental, com a implementação de práticas internas sustentáveis visando promover a responsabilidade socioambiental para os colaboradores do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema).

Tem como público mobilizador os estagiários e colaboradores do programa Primeiro Emprego, bem como do Apoio, que protagonizam os processos de incentivo à adoção de novas práticas, envolvendo todos os servidores da Sema e do Inema.

Ao longo do ano de 2025, foi lançado o curso "ECOguardiões On", disponível na plataforma Formar. O curso tem como objetivo oferecer uma formação introdutória para atuação ambiental consciente.

O superintendente da Sema, Luiz Araujo, destacou a perspectiva fundamental trazida pelo ECOguardiões. Ele ressaltou a importância de olharmos para dentro da secretaria e refletirmos sobre as ações que pregamos aos empreendedores.

"Muitas vezes, enquanto pedimos que os empreendedores desenvolvam práticas sustentáveis em seus projetos, deixamos de dedicar tempo para conscientizar nossa própria equipe. Ressalto a importância de sensibilizar nossos colaboradores em relação aos valores e objetivos defendidos pela pasta ambiental. É essencial que todos compreendam que estamos trabalhando em prol do que é valioso para nós, o meio ambiente", afirmou Luiz.



MAIS AÇÕES

Iniciativas complementares reforçam a educação ambiental, a participação social e o aprimoramento da gestão pública, contribuindo de forma integrada para o avanço das políticas ambientais no estado.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

GAC fortalece gestão ambiental
nos municípios baianos



Criado em 2008 pela Sema, o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) atende a uma diretriz do Governo do Estado de descentralizar a gestão pública, fortalecendo os órgãos municipais de meio ambiente para o exercício efetivo de suas competências institucionais. Ao longo de 18 anos de trajetória, o GAC tem contribuído para ampliar a autonomia municipal em áreas estratégicas como licenciamento, fiscalização e educação ambiental, promovendo uma atuação mais eficiente e próxima das realidades locais. O GAC tem como principal objetivo apoiar o processo de organização e ampliação da capacidade dos municípios para a gestão ambiental, tendo em vista a estruturação e efetivação Sisema.





O secretário do Meio Ambiente, Eduardo Mendonça Sodré Martins, reforçou o papel estratégico do programa na articulação entre Estado e municípios. "Quando olhamos para a realidade, percebemos que a maioria das demandas ambientais nasce nos municípios. É nesse contexto que o GAC se torna essencial, ao fortalecer a atuação local e garantir que as políticas públicas cheguem de forma efetiva à população. O programa é resultado de um esforço coletivo e demonstra que, com integração, conseguimos avançar na gestão ambiental em todo o estado", afirmou.

Com mais de R$12,5 milhões investidos nos últimos três anos, o GAC é uma das políticas públicas de meio ambiente mais consolidadas da Bahia. Atualmente, o programa mantém 27 convênios com consórcios públicos e atende a 376 municípios baianos, o que representa cerca de 87% do território estadual. Mais de 365 municípios já declararam capacidade para exercer a gestão ambiental conforme os critérios estabelecidos pela Resolução Cepram nº 4.327/2013.





Programa Formar fortalece qualificação técnica no setor ambiental da Bahia



Criado em 2012 pela Sema, o Programa de Formação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Formar), na modalidade de Ensino a Distância (EaD), integra o Plano Anual de Capacitação (PAC) como uma estratégia de fortalecimento da qualificação técnica no estado. A iniciativa amplia o acesso ao conhecimento por meio de recursos tecnológicos que possibilitam a troca de experiências e o debate de diferentes perspectivas, com foco na formação continuada de agentes públicos que atuam na área ambiental.

O programa contribui diretamente para o cumprimento das diretrizes estratégicas da Sema e do Inema, promovendo uma atuação mais qualificada e integrada na gestão ambiental. Entre 2023 e 2026, mais de 44 mil pessoas se inscreveram nos cursos oferecidos pelo Formar.

"O Formar é uma ferramenta estratégica para fortalecer a gestão ambiental no estado, ao promover a qualificação contínua dos agentes públicos e ampliar o acesso ao conhecimento. Ao estruturar os conteúdos a partir das principais demandas ambientais da Bahia, o programa contribui para uma atuação mais integrada, eficiente e alinhada às realidades dos territórios, estimulando o protagonismo dos profissionais que atuam diretamente na proteção e na gestão dos nossos recursos naturais", explicou a diretora de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, Mariana Mascarenhas.

Como parte das ações que fortalecem o GAC, o Formar oferta cursos que ampliam e aprofundam competências técnicas, além de estimular a cooperação entre servidores, gestores, técnicos, membros de órgãos colegiados e representantes da sociedade civil.

Estruturado em áreas temáticas estratégicas, o programa aborda os principais desafios ambientais do estado da Bahia, oferecendo formação inicial e continuada nas áreas ambiental e de recursos hídricos. Alinhado ao compromisso da Sema com a excelência na gestão socioambiental, o Formar EaD amplia seu alcance, permitindo que um maior número de agentes públicos estaduais e municipais tenha acesso à capacitação, contribuindo para o desenvolvimento de novas competências e estratégias de atuação no território.

Editais do TCSA Porto Sul ampliam proteção à fauna

Em 2026, a Sema e o Inema avançaram na proteção da fauna silvestre no sul da Bahia com o lançamento de dois novos editais vinculados ao Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) Porto Sul, que reúne cerca de R$ 45 milhões em recursos. As chamadas públicas, executadas pelo Funbio, apoiam ações de educação ambiental e a elaboração de diagnósticos para prevenir e combater crimes contra a fauna. A iniciativa integra um conjunto de ações voltadas à gestão ambiental da região de influência do Porto Sul, envolvendo diversos órgãos e instituições, e faz parte de um projeto mais amplo, em execução desde 2019, que busca preservar a biodiversidade, fortalecer a fiscalização e promover o desenvolvimento sustentável.







Sisema fortalece gestão ambiental com novos concursos e valorização de servidores

Durante as celebrações do Dia do Servidor Público, em 2025, o governador Jerônimo Rodrigues anunciou a realização de novos concursos públicos no Estado. Entre as medidas, está a seleção de 110 técnicos e especialistas em Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que irão reforçar os quadros da Sema e do Inema.

Em março de 2026, o certame, que tem previsão de contratações a partir de janeiro de 2027, foi autorizado. Os concursos têm como principal objetivo a recomposição de carreiras típicas do Estado, fortalecendo as estruturas técnicas e operacionais dos órgãos ambientais.

Para o secretário do Meio Ambiente, Eduardo Mendonça Sodré Martins, o anúncio representa um avanço significativo para a gestão ambiental na Bahia. "A realização desse concurso é um marco importante para a Sema. Teremos a oportunidade de fortalecer nossa atuação com novos profissionais qualificados, o que permitirá ampliar as ações voltadas à preservação, à fiscalização e ao desenvolvimento sustentável no estado", destacou.

O diretor-geral do Inema, Eduardo Topázio, também ressaltou o impacto positivo da medida. "A entrada de novos técnicos e especialistas será fundamental para dar continuidade às políticas públicas ambientais e aprimorar os serviços prestados à sociedade baiana. É um investimento direto na capacidade técnica do Estado e na qualidade da gestão dos nossos recursos naturais", afirmou.

Em abril de 2026, passaram a integrar a equipe do Inema 28 profissionais classificados no processo do Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), nas áreas de Ciências Biológicas e Engenharia Sanitária e Ambiental.

A valorização dos servidores também é percebida na ocupação de cargos estratégicos dentro da estrutura do Sisema. Levantamento recente aponta que houve um aumento da ocupação dos cargos comissionados da Sema e do Inema por servidores efetivos. O dado mostra a presença de profissionais de carreira em funções de gestão, contribuindo para o fortalecimento institucional e a continuidade das políticas públicas ambientais.





Ambientes mais humanos, trabalho mais eficiente

Nos últimos três anos, ficou evidente que fortalecer o ambiente de trabalho é, também, fortalecer a política ambiental da Bahia, porque servidores valorizados constroem instituições mais fortes, inovadoras e capazes de enfrentar os desafios do presente e do futuro.

A chefe de gabinete da Sema, Daniella Fernandes, explicou que, ao longo do período, foram realizados investimentos voltados à melhoria das instalações físicas, com foco na criação de ambientes mais seguros, funcionais e acolhedores. "As intervenções contemplaram desde ajustes estruturais até a reorganização de espaços internos, proporcionando melhores condições ergonômicas, iluminação adequada, climatização e ambientes mais integrados", pontuou.

Para Daniella, com investimento na qualificação dos espaços físicos, a gestão reafirma seu compromisso com a valorização dos profissionais que compõem o Sisema. "Ambientes adequados impactam diretamente na saúde, motivação e desempenho dos servidores, fortalecendo o senso de pertencimento e a identidade institucional", completou.

MAIS ENERGIA LIMPA

A transição para uma matriz energética mais sustentável avança com o incentivo às fontes renováveis e à inovação. As ações destacam a redução de emissões, o desenvolvimento tecnológico e as oportunidades econômicas geradas a partir das energias limpas na Bahia.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

Estado impulsiona transição energética e amplia protagonismo em hidrogênio verde



Em um cenário global marcado pelos desafios das mudanças climáticas e pela urgência na redução das emissões de gases de efeito estufa, a Bahia vem reforçando seu protagonismo na transição energética. O estado tem ampliado sua atuação na construção de uma economia baseada no hidrogênio verde (H2V), ganhando destaque nacional e internacional na adoção de fontes limpas e sustentáveis.

Com cerca de 90% da sua capacidade instalada proveniente de fontes renováveis, especialmente energia eólica e solar, a Bahia reúne condições estratégicas para liderar esse processo. Esse cenário tem impulsionado a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do H2V, combustível produzido a partir da eletrólise da água com uso de energia renovável e com alto potencial de armazenamento e transporte.

Para o secretário Eduardo Sodré, o estado já reúne bases para avançar nessa agenda. "A Bahia ocupa posição de destaque nacional na geração de energia eólica e solar, com mais de 10 gigawatts de potência instalada e uma matriz elétrica majoritariamente limpa. Esse ambiente favorável cria as condições necessárias para avançar na produção de hidrogênio verde em escala", afirmou.

Entre os marcos da gestão, destaca-se a elaboração do Mapa do Hidrogênio Verde da Bahia, coordenado pela Sema em parceria com o Senai-Cimatec, com investimento de R$ 2,5 milhões do Tesouro Estadual. Como desdobramento, foi desenvolvido o Atlas do Hidrogênio Verde da Bahia, reunindo dados, análises e projeções que servem de base para o planejamento do setor, além de apoiar pesquisadores e gestores públicos na consolidação de estratégias para o futuro energético sustentável do estado.

O Governo do Estado também instituiu a Lei nº 25.437/2024, lançando a Política e Programa de Transição Energética do Estado (Protener). A iniciativa busca promover uma economia de baixo carbono e atrair investimentos sustentáveis, consolidando a liderança da Bahia na matriz energética limpa e reforçando seu protagonismo nacional na geração eólica e solar.

MAIS RESILIÊNCIA

Diante das mudanças climáticas e de eventos extremos, o fortalecimento da capacidade de adaptação se torna essencial. As ações envolvem prevenção, planejamento e resposta a desastres, com foco na segurança ambiental e na proteção das populações mais vulneráveis.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DO LADO DA GENTE

Agenda climática da Bahia impulsiona com foco em planejamento e adaptação

A agenda climática da Bahia vem ganhando consistência com a estruturação de instrumentos que fortalecem tanto a base de conhecimento quanto a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças do clima. Entre os principais avanços estão a atualização do Inventário Estadual de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a elaboração do Plano de Ação Climática da Bahia (PAC), a atualização do Plano de Combate à Desertificação e a criação de um plano inédito voltado à saúde.

A atualização do Inventário Estadual de Emissões de GEE, concluída em 2024, representa um marco na consolidação da base técnica da política climática. Elaborado com base em metodologias reconhecidas internacionalmente, como as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o documento permite ao Estado compreender melhor seu perfil de emissões, identificar setores prioritários e orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Na prática, o inventário organiza e qualifica as informações disponíveis, transformando dados antes dispersos em um instrumento estruturado de planejamento, monitoramento e avaliação. A iniciativa também fortalece a transparência e o alinhamento da Bahia às boas práticas nacionais e internacionais de reporte climático.

Outro avanço importante é a elaboração do PAC, considerado o principal instrumento de planejamento de longo prazo da política climática estadual. O lançamento do edital para sua construção, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), marcou um novo momento na agenda ambiental do estado.







O plano será estruturado em eixos estratégicos e terá como objetivo integrar diferentes setores e políticas públicas, ampliando a coordenação institucional, orientando investimentos e fortalecendo a capacidade da Bahia de acessar financiamentos climáticos. Além disso, deverá estabelecer mecanismos contínuos de monitoramento e revisão das ações implementadas.

No campo da adaptação, a atualização do Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-Bahia) se destaca como medida estratégica, especialmente para as regiões mais vulneráveis do semiárido. O plano original, publicado em 2014, passa por revisão diante das transformações intensificadas pelas mudanças climáticas.

A atualização será realizada por meio de convênio entre os governos estadual e federal, com execução prevista ao longo de 2026. O novo documento terá como referência o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação, publicado em 2025, e incorpora contribuições de processos participativos realizados no estado, garantindo maior aderência às realidades locais.

O objetivo é consolidar diretrizes, metas e ações voltadas à prevenção da degradação da terra, ao uso sustentável dos recursos naturais e à promoção de estratégias de convivência com o semiárido, em articulação com outras políticas já existentes.

Outro destaque é a elaboração do Plano Setorial da Saúde para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, tornando a Bahia o primeiro estado do país a desenvolver um instrumento específico para essa área. A iniciativa busca fortalecer a capacidade do sistema de saúde para lidar com os impactos das mudanças do clima, incluindo eventos extremos como ondas de calor, secas e inundações.

O plano também prevê a identificação de grupos mais vulneráveis e orienta a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) de forma mais equitativa, contribuindo para ampliar a resiliência do sistema diante de riscos climáticos e sanitários.

Com a implementação desses instrumentos, a Bahia avança na consolidação de uma política climática mais integrada, combinando ações de mitigação e adaptação e fortalecendo sua capacidade de resposta aos desafios impostos pelas mudanças do clima.

Fórum fortalece governança climática e amplia diálogo sobre mudanças ambientais

Frente à urgência climática, a construção de espaços de diálogo e articulação tem se tornado essencial para o avanço de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, o Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade (FBMC-Bio) se mostra como um importante instrumento de governança ambiental no estado.



Mais do que uma instância consultiva, o Fórum desempenha papel estratégico ao reunir poder público, setor privado e sociedade civil em torno de um objetivo comum: construir soluções integradas para o enfrentamento das mudanças climáticas e a conservação da biodiversidade.

Entre os temas debatidos no âmbito do Fórum, destacam-se pautas estratégicas como a adesão ao programa AdaptaCidades, a atualização do Plano Estadual de Combate à Desertificação e a construção participativa do Plano de Ação Climática da Bahia.

Segundo Maiana Pitombo, superintendente da Sema, outro aspecto relevante é a atuação do Fórum como difusor de conhecimento e ponte entre o cenário global e a realidade local. "Esse papel ficou evidente durante a 15ª Reunião Ordinária, realizada em dezembro de 2025, que trouxe para o centro do debate os principais encaminhamentos da COP30. Temas como mitigação, adaptação, financiamento climático e integração entre clima e biodiversidade foram discutidos, promovendo o alinhamento entre agendas internacionais e ações no território baiano", destacou.

A nova fase do Fórum inclui discussões sobre avaliação de políticas públicas, impactos das mudanças climáticas, espécies invasoras e planejamento de ações de adaptação e mitigação.

MAIS INVESTIMENTO

A agenda ambiental ganha força com a mobilização de recursos e a construção de parcerias. As iniciativas apresentadas viabilizam projetos estruturantes, ampliam o acesso a financiamentos e impulsionam o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e renda.

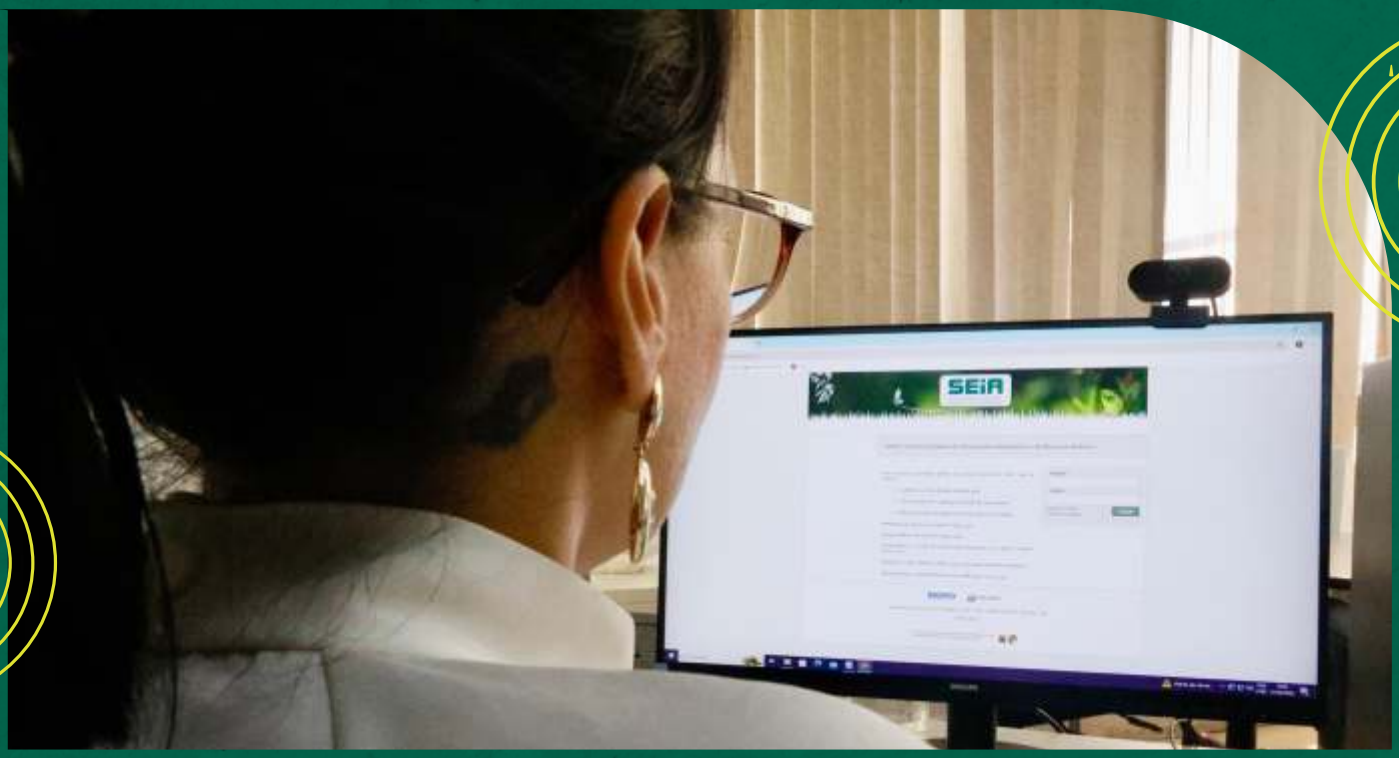


inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

Seia moderniza gestão ambienal com transformação digital na Bahia



A modernização do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (Seia) é um dos principais investimentos estratégicos da política ambiental da Bahia entre 2023 e 2026, com foco na transformação digital da gestão pública.

O sistema, responsável por integrar dados de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental, está passando por uma atualização completa para se tornar mais moderno, seguro e integrado, superando limitações do modelo atual, como tecnologias obsoletas, altos custos e baixa integração de processos.

O projeto do novo Seia consolida-se como uma iniciativa estruturante, que vai além da modernização tecnológica e se insere em uma agenda mais ampla de transformação do Estado. Trata-se de um investimento que fortalece a capacidade institucional da Sema e do Inema, amplia a eficiência da política ambiental e posiciona a Bahia na vanguarda da gestão pública digital. Com investimento estimado em R$ 27 milhões, o novo Seia terá estrutura modular, permitindo maior flexibilidade e atualização contínua.

Entre os principais resultados esperados estão ampliação da transparência, melhoria no atendimento ao cidadão e apoio à tomada de decisão baseada em dados.

As projeções indicam que a implementação do novo Seia reduzirá progressivamente os custos com terceirização tecnológica gerando, assim, uma economia estimada de até R$ 3 a 4 milhões por ano após estabilização do sistema. Além do retorno financeiro, o projeto gera ganhos institucionais relevantes ao reduzir riscos operacionais e gerar maior segurança da informação.

Estado promove mudanças normativas para **fortalecer recursos da compensação ambiental**

O Governo da Bahia vem promovendo mudanças normativas para aprimorar a execução dos recursos da compensação ambiental no estado, com foco especial na modalidade indireta. As alterações buscam dar mais eficiência, transparência e segurança jurídica à aplicação dos recursos.

Entre 2023 e 2025, foram publicados dois decretos estaduais que atualizaram o Decreto nº 16.988, de 25 de agosto de 2016. O primeiro, de nº 22.087, de 6 de junho de 2023, regulamentou a gestão do Fundo de Compensação Ambiental, mecanismo operacional e financeiro de natureza privada, composto por recursos oriundos da compensação ambiental indireta e de Termos de Ajustamento de Conduta relacionados a impactos em Unidades de Conservação na Bahia.

Já o Decreto nº 23.770, publicado em 4 de junho de 2025, promoveu uma nova revisão da norma, alinhando a legislação estadual às diretrizes federais vigentes, com base na Lei nº 13.668, de 3 de julho de 2018. A atualização introduziu uma nova dinâmica para a compensação ambiental indireta, que passou a contar com as figuras do gestor financeiro e do gestor operacional.

De acordo com o titular da Sema, Eduardo Mendonça Sodré Martins, as mudanças fazem parte de um processo de modernização da política ambiental, com o objetivo de qualificar a gestão dos recursos e garantir maior efetividade nas ações de conservação. "A reestruturação do Fundo de Compensação Ambiental busca fortalecer os instrumentos de governança, controle e transparência, ampliando a eficiência na aplicação dos recursos. A revisão normativa também consolidou procedimentos operacionais, critérios técnicos e parâmetros para qualificação das entidades executoras, além de atualizar dispositivos para assegurar coerência com a legislação vigente", esclareceu.



Governo aprimora conversão de multas ambientais e fortalece solução consensual de processos

O Governo da Bahia avançou na regulamentação para conversão de multas ambientais em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. A medida moderniza um instrumento já previsto na Política Estadual do Meio Ambiente e amplia sua efetividade, ao permitir que penalidades sejam transformadas em ações concretas de proteção ambiental.

Com as mudanças, o procedimento passou a funcionar como uma solução consensual para processos administrativos, permitindo que autuados firmem termos de compromisso com o Estado. Esses acordos, com força de título executivo extrajudicial, encerram os processos mediante o cumprimento das obrigações pactuadas, sob acompanhamento da Sema e do Inema.



Regulamentada pelo Decreto nº 14.024/2012, com alterações do Decreto nº 22.086/2023, a conversão pode incluir desconto de até 90% no valor da multa, conforme critérios como a gravidade da infração e o momento da solicitação. Além de reduzir a judicialização, o mecanismo viabiliza a execução de projetos socioambientais e amplia a efetividade das políticas públicas, contribuindo para a conservação ambiental e o uso mais eficiente dos recursos.

Modernização com o uso da tecnologia e análise remota impulsiona proteção aos biomas

A Bahia deu um passo importante na proteção dos seus biomas com a implantação do Sistema Integrado de Fiscalização da Vegetação Nativa, iniciativa conduzida pela Sema e pelo Inema. O modelo surge em resposta aos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, que prevê o desmatamento ilegal zero até 2030, e representa um avanço na forma de monitorar e combater crimes ambientais no estado.

Historicamente limitada por desafios logísticos e territoriais, a fiscalização ambiental passou a contar com a Análise Remota, ferramenta que utiliza imagens de satélite para identificar e autuar infrações sem a necessidade imediata de deslocamento de equipes. Amparado por legislação estadual, o sistema integra três frentes principais: o monitoramento remoto da supressão vegetal em imóveis rurais, o uso de inteligência de dados para orientar operações de campo e o Observatório do Desmatamento, responsável por consolidar informações e gerar relatórios estratégicos.

Reconhecida nacionalmente, a iniciativa colocou o Inema entre os finalistas do Prêmio Gov.Digital 2025 e marca uma mudança de paradigma ao tornar a tecnologia uma aliada central na proteção ambiental.

Com o apoio de tecnologias como o programa Brasil Mais e alertas do MapBiomas, a atuação ocorre em tempo quase real, ampliando a capacidade de resposta do Estado. A integração com sistemas como o SEIA e o Geobahia fortalece a gestão ambiental baseada em dados.

Enfrentamento ao desmatamento na Bahia ganha força com o projeto Harpia

O avanço silencioso do desmatamento na Bahia encontra um adversário permanente: o Projeto Harpia. Desenvolvido pelo Inema, por meio da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC), o sistema se consolida como uma das principais ferramentas estaduais de monitoramento da vegetação nativa, especialmente na Mata Atlântica.

Criado há 10 anos, em um período em que o uso de bancos de dados derivados de imagens de satélite ainda era considerado pioneiro no âmbito ambiental estadual, o Harpia chegou com a missão de fornecer dados precisos e sistematizados ao Estado. Em 2026, segue cumprindo esse papel ao fortalecer o monitoramento ambiental e subsidiar ações de fiscalização.

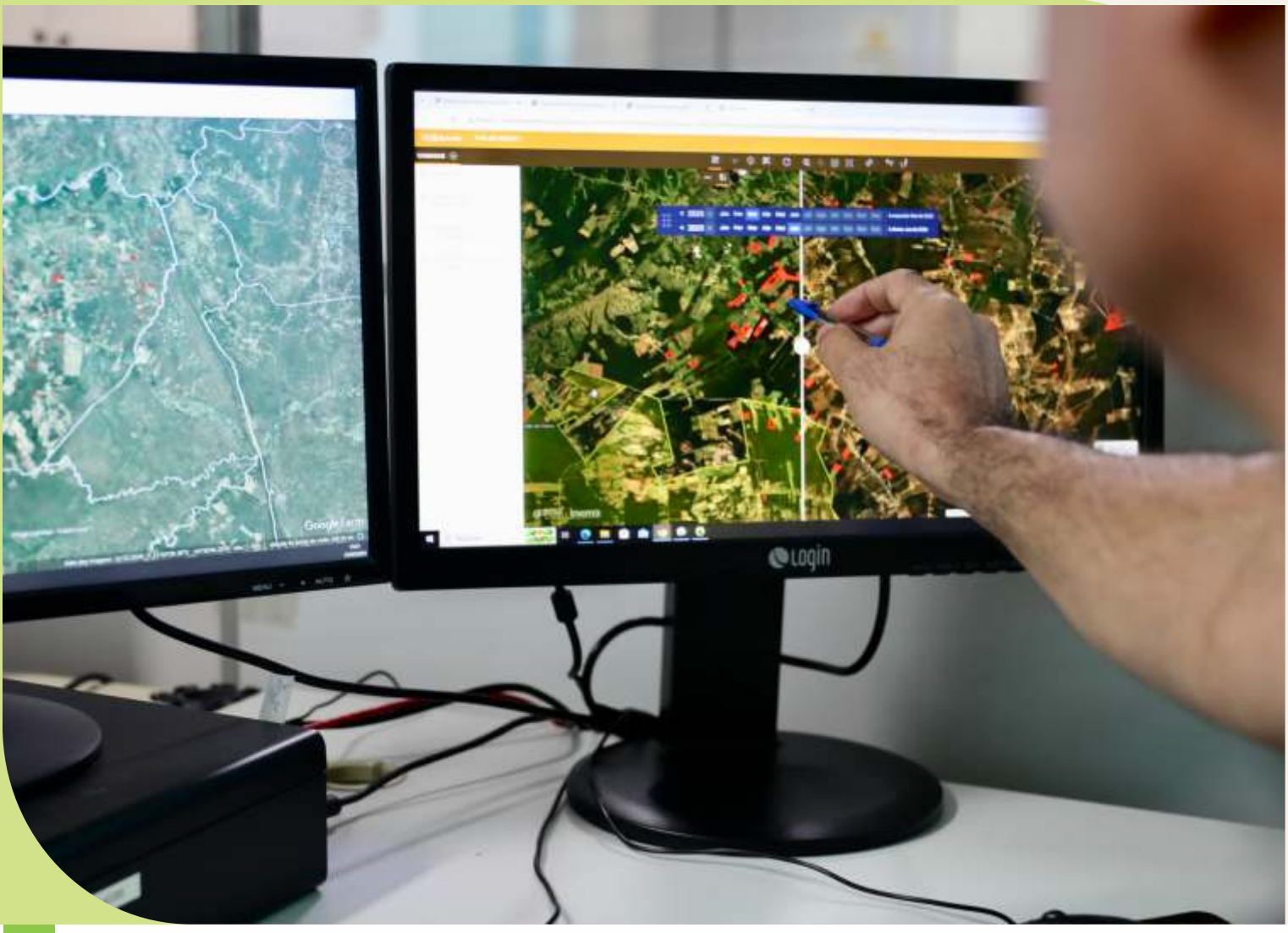
De acordo com o coordenador de Geoprocessamento do Inema, Adriano Cassiano, o projeto é estruturado para acompanhar de forma contínua os remanescentes de vegetação no território baiano. "O Harpia é um projeto de monitoramento dos remanescentes de vegetação no estado da Bahia. A partir da análise comparativa de imagens ao longo do tempo, conseguimos identificar reduções de cobertura vegetal nativa, dimensionar essas áreas e compreender quando esses eventos ocorrem", explica.





Monitoramento quase em tempo real

Na prática, o sistema utiliza imagens do satélite Sentinel, disponibilizadas quase diariamente, que são analisadas de forma comparativa para detectar alterações na cobertura vegetal. O projeto integra tecnologias de geoprocessamento como TerraAmazon e QGIS para visualização e auditoria dos dados, que são atualizados diariamente e disponibilizados por meio da interface do Geobahia. As informações podem ser visualizadas espacialmente e utilizadas por equipes técnicas e de fiscalização para subsidiar ações em campo, orientar operações e apoiar processos de responsabilização ambiental.



Geobahia e a transformação digital da gestão ambiental na Bahia

A gestão ambiental do Estado da Bahia consolidou avanços importantes na incorporação de tecnologias digitais voltadas à inteligência territorial. Entre os destaques desse ciclo, está a modernização e expansão do SIGWeb Geobahia, que passou de uma ferramenta de visualização cartográfica para uma robusta plataforma de análise geoespacial e suporte à tomada de decisão.

Criado há mais de duas décadas, o Geobahia evoluiu significativamente ao longo dos anos, acompanhando as demandas crescentes da gestão pública ambiental. Originalmente concebido como um sistema de visualização de dados, o SIGWeb passou a integrar múltiplas bases de dados geoespaciais e oferecer funcionalidades avançadas de análise, permitindo cruzamentos complexos e geração de relatórios estratégicos.

Essa transformação foi fundamental para enfrentar desafios contemporâneos da gestão ambiental, como o monitoramento do uso do solo, a identificação de áreas de restrição ambiental e o planejamento de grandes empreendimentos. A plataforma passou a atender não apenas técnicos e gestores públicos, mas também pesquisadores, consultores e a sociedade em geral, ampliando a transparência e o acesso à informação.

A reformulação recente do Geobahia marcou uma nova etapa na sua trajetória. O sistema foi reestruturado para permitir análises geoespaciais mais complexas diretamente no ambiente web, garantindo maior autonomia aos usuários e maior agilidade nos processos de licenciamento, fiscalização e planejamento ambiental.

Ao centralizar e padronizar informações geoespaciais, o sistema fortalece a articulação entre diferentes áreas e níveis de gestão, promovendo uma visão mais integrada do território. A iniciativa também contribuiu para a autonomia técnica das equipes da Sema e do Inema, estimulando o uso de geotecnologias no cotidiano das análises ambientais. A realização de capacitações e a disseminação do uso da plataforma foram fundamentais nesse processo.

Impacto na gestão pública

Os números evidenciam o alcance da nova fase do Geobahia. Apenas entre janeiro de 2023 e fevereiro de 2024, o sistema registrou mais de 40 mil acessos, além de capacitar centenas de usuários. Esses dados refletem não apenas a ampliação do uso da ferramenta, mas também sua relevância para a rotina institucional.

Além disso, o sistema passou a incorporar camadas estratégicas, como dados do Cefir e informações do monitoramento da vegetação nativa por meio do projeto Harpia, ampliando ainda mais sua aplicabilidade na gestão ambiental.

O fortalecimento do SIGWeb Geobahia representa um dos principais legados da gestão 2023–2026 no campo da inovação ambiental. Ao integrar tecnologia, dados e gestão, a ferramenta se consolida como um pilar essencial para a formulação de políticas públicas, o planejamento territorial e a promoção do desenvolvimento sustentável na Bahia. Mais do que um sistema de dados, o Geobahia simboliza a transição para uma gestão ambiental e eficiente.



inema
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

GOVERNO DA BAHIA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

DO LADO DA GENTE

Avenida Luís Viana Filho, 6ª Avenida, nº 600, CAB, Salvador, BA, CEP: 41745-900.
www.ba.gov.br/inema | www.ba.gov.br/meioambiente